



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Engenharia

Arquitectura-Espaços Escolares
Infantário Sustentável
Bairro de Chamanculo C
Moçambique

Carolina Santos Monteiro

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Arquitectura
(ciclo de estudos integrado)

Orientador: Prof. Doutor Miguel João Mendes do Amaral Santiago Fernandes

Covilhã, Outubro de 2014

Agradecimentos

Em primeiro lugar quero agradecer aos meus pais por todo o apoio que demonstraram para comigo nestes cinco anos de estudo, por toda a dedicação e esforço para me conseguirem manter na universidade, mesmo nos momentos mais complicados. Não menos importante a minha irmã, que sempre teve uma palavra de carinho e força para que não desistisse nunca, mesmo nos ápices mais difíceis desta caminhada; juntamente com a minha avó Laurinda. Também ao resto da família mais próxima que sempre festejou comigo todas as vitórias conquistadas até hoje, ficando felizes por as ter alcançado sempre.

Como não poderia deixar de ser, tenho de agradecer imenso ao meu professor, orientador e amigo, Professor Doutor Miguel João Mendes do Amaral Santiago Fernandes, por toda a paciência, dedicação, ajuda, conhecimento, incentivo e força de vontade demonstrada durante esta longa etapa, acreditando em mim.

A todos os meus amigos, colegas de universidade que sempre estiveram ao meu lado, com quem troquei as mais variadas experiências, que me deram auxílio nos momentos que mais precisei, mas especialmente ao meu grande amigo Luciano Figueiredo, parceiro que me acompanhou sempre, tendo uma garra incrível para me ajudar nas minhas adversidades. Vocês contribuíram para o meu crescimento pessoal e académico.

A todos, um muito obrigado por tudo.

Resumo

Este trabalho tem como objectivo elaborar um projecto para um infantário sustentável para o bairro de Chamanculo C em Moçambique. O principal objectivo deste projecto é o facto de ser um país bastante pobre a nível educacional. A postura da sociedade em conformidade com as mentalidades existentes é claramente uma realidade que afecta todo o país. A falta de infantários e o desgoverno dos “filhos de Moçambique” faz com que apostemos neste tema, num futuro próximo.

Ao longo da dissertação, procura-se introduzir elementos que permitam caracterizar factores de edifícios sustentáveis para um país em vias de desenvolvimento. O documento irá percorrer várias abordagens e tópicos sobre o que é uma escola sustentável, descrevendo aspectos que a tornam importantes no âmbito do país e da intervenção no bairro que se pretende aplicar. Aborda temáticas de contexto geral mas acima de tudo, de contexto local, sendo que os materiais que a comunidade utiliza são claramente diferentes.

Descreve parâmetros a ter em conta, como a qualidade dos factores funcionais de uma escola, tais como o conforto térmico, acústico, a luminosidade, mas sobretudo, todo o conforto que as crianças não têm, porque não existem espaços escolares adequados. Será elaborado um guia da parte construtiva, organizativa do objecto em estudo.

Palavras-chave

Moçambique, Infantário, Chamanculo, Contexto, Crianças, Futuro

Abstract

The main point of this Project is to elaborate a sustainable kindergarden for the neighborhood of Chamanculo in Mozambique. The purpose of this project is the fact that we're considering a very poor country on an educacional basis. The posture of society as well as the existing mentalities are clearly a reality that affects the whole country. The lack of nursery schools and the wrong political choices of the Mozambican generations make it important to work towards a better reality, in the near future.

Throughout the dissertation, is seeking to introduce evidence to relate factors of sustainable buildings into a third world country. This paper will pursue several approaches and ideas of a sustainable school, by describing aspects that make it important to the country and mainly to the neighbourhood in question. It addresses themes of global context, but above all, themes of local context, always considering that the materials that the local community has are not clearly the same as the ones existing in other countries.

It is described the topics to have in mind, as the quality of the functional features of a school, like the thermal and acoustic comfort, the luminosity, but most importantly, the general well-being that is denied to the children due to the lack of suitable school facilities. It will be elaborated a guide of the constructive and organizational part of the study object.

Keywords

Mozambique, Kindergarden, Chamanculo, Context, Children, Future

Índice

Agradecimentos	III
Resumo	V
Abstract	VII
1 Introdução	1
1.1 Objectivos	3
1.2 Metodologia	
2 Espaço	
2.1 Contextualização Histórica de Lourenço Marques actual Maputo	4
2.2 Contextualização Histórica do Bairro de Chamanculo C	13
2.3 Arquitectura e espaço moçambicano	23
3 Educação e pedagogia em Moçambique	
3.1 Início da escolaridade em Moçambique	30
3.2 Evolução escolar moçambicana	36
3.3 Arquitectura escolar	44
3.4 Ambiente escolar e Educação no Bairro de Chamanculo C	47
4 Memória Descritiva	
4.1 Objectivos	54
4.2 Abordagem conceptual	55
4.3 Programa	57
4.4 Características gerais da construção	62
5 Considerações finais	66
6 Bibliografia	
6.1 Geral	68
6.2 Específica	69
6.3 Electrónica	70

Lista de Figuras

Figura 1. Mapa do Continente Africano. Fonte:

<http://www.mapasparacolorir.com.br/mapa/continente/africa/africa-paises.jpg>

Figura 2. Estação de Caminhos-de-ferro, Maputo. Fonte: Fotografia do arquivo pessoal de Carolina Monteiro, Maputo, 2013.

Figura 3. Embarque das Forças Armadas Portuguesas para Moçambique, 1971. Fonte:

<http://freguesiacolares.blogspot.pt/2014/04/faz-hoje-43-anos-que-o-niassa-partiu-de.html>

Figura 4. Presidente da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), Eduardo Mondlane.

Fonte: <http://3.bp.blogspot.com/->

[Z1er2InDnLc/TyxkA2DNv5I/AAAAAAAAABl8/a3mKdMOHiEE/s1600/Eduardo%2BMondlane.jpg](http://3.bp.blogspot.com/-Z1er2InDnLc/TyxkA2DNv5I/AAAAAAAAABl8/a3mKdMOHiEE/s1600/Eduardo%2BMondlane.jpg)

Figura 5. Centro de Maputo. Fonte: Fotografia do arquivo pessoal de Carolina Monteiro, Maputo, 2013.

Figura 6. Centro de Maputo, tradições e culturas diversas. Fonte: Fotografia do arquivo pessoal de Carolina Monteiro, Maputo, 2013.

Figura 7. Vista aérea de Chamanculo A, B, C e D, Maputo. Fonte: CENTRO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO DO HABITAT • Universidade Eduardo Mondlane - Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico, Arquitecto José Forjaz.

Figura 8. Planta das infra estruturas existentes, Chamanculo, Maputo 2006. Fonte: CENTRO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO DO HABITAT • Universidade Eduardo Mondlane - Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico, Arquitecto José Forjaz.

Figura 9. Centro do Bairro de Chamanculo C. Fonte: Fotografia do arquivo pessoal de Carolina Monteiro, Maputo, 2013.

Figura 10. Ruas do Bairro de Chamanculo C. Fonte: Fotografia do arquivo pessoal de Carolina Monteiro, Maputo, 2013.

Figura 11. Zona industrial, comércio, serviço e lazer, Bairro de Chamanculo C, 2006. Fonte: CENTRO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO DO HABITAT • Universidade Eduardo Mondlane - Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico, Arquitecto José Forjaz.

Figura 12. Fontenários em funcionamento e avariados no Bairro de Chamanculo C, 2006. Fonte: CENTRO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO DO HABITAT • Universidade Eduardo Mondlane - Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico, Arquitecto José Forjaz.

Figura 13. Habitantes em suas “casas” no Bairro de Chamanculo C. Fonte: Fotografia do arquivo pessoal de Carolina Monteiro, Maputo, 2013.

Figura 14. Estradas existentes no interior do Bairro de Chamanculo C. Fonte: Fotografia do arquivo pessoal de Carolina Monteiro, Maputo, 2013.

Figura 15/16. Casas de banho das habitações do Bairro de Chamanculo C. Fonte: Fotografia do arquivo pessoal de Carolina Monteiro, Maputo, 2013.

Figura 17. Casas construídas em locais inadequados no Bairro de Chamanculo C. Fonte: Fotografia do arquivo pessoal de Carolina Monteiro, Maputo, 2013.

Figura 18. Ruas com espaçamento impróprio, construídas depois das cheias, no Bairro de Chamanculo C. Fonte: Fotografia do arquivo pessoal de Carolina Monteiro, Maputo, 2013.

Figura 19. Residências de funcionários em Nova-Lisboa, Angola. [Bilhete postal, Edição de A. Filipe e Ca., Lda., Nova-Lisboa, s.d.] Fonte:
http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=S1645-37942013000100008&script=sci_arttext&tlng=pt

Figura 20/21. Estação Rádio Naval, Casas de Sargentos, António Saragga Seabra/ DSUH-DGOPC, Mindelo, 1961. Fonte: Foto de Ana Vaz Milheiro, 2011.

Figura 22. Missão em Lourenço Marques, dirigida por padres, trabalho para indígenas, 1929.

Figura 23. Missão em Lourenço Marques, dirigida por Padres, ensinando endigenas a trabalhar, 1929; *Álbuns fotográficos e descritivos da Colónia de Moçambique, vol. V (Gaza e Inhambane. Aspectos Gerais)*, Lourenço Marques, 1929. Fonte:
<http://www.companhiademocambique.blogspot.pt/>

Figura 24. Samora Machel, 1º Presidente da República, depois da Independência de Moçambique, Moçambique, 1975. Fonte: <http://saharanvibe.blogspot.pt/2009/10/graca-machel-african-first-lady.html>

Figura 25. “Escola de baixo de árvore”, Moçambique, 1975. Fonte:

Figura 26. Escola em Nampula, Moçambique, 2006. Fonte:
<http://pt.wikipedia.org/wiki/Mo%C3%A7ambique>

Figura 27. Liceu Salazar, actual Escola Josina Machel, Moçambique, 1970. Fonte:
<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?p=102358958>

Figura 28. Escola primária completa Polana, Caniço A, Moçambique, 2013. Fonte:
<http://www.noticias.mozmaniacos.com/2013/06/iv-edicao-do-orcamento-participativo-reabilitacao-de-escolas-prioridade-dos-municipes.html#>

Figura 29. Escola Primária Mista, Chamanculo D. Fonte: Fotografia do arquivo pessoal de Carolina Monteiro, Maputo, 2013.

Figura 30. Meninos da Escola Primária Mista, Chamanculo D. Fonte: Fotografia do arquivo pessoal de Carolina Monteiro, Maputo, 2013.

Figura 31. Condições existentes dentro das salas de aulas da Escola Primária Mista, Chamanculo D. Fonte: Fotografia do arquivo pessoal de Carolina Monteiro, Maputo, 2013.

Figura 32. Asscodecha “Centro Comunitário para o Desenvolvimento do Bairro de Chamanculo C”, Chamanculo C. Fonte: Fotografia do arquivo pessoal de Carolina Monteiro, Maputo, 2013.

Figura 33. Aula de alfabetização para as trabalhadoras do Mercado Fajardo, Chamanculo C. Fonte: Fotografia do arquivo pessoal de Carolina Monteiro, Maputo, 2013.

Figura 34. Local de intervenção para a proposta do projecto das instalações sanitárias no Bairro de Chamanculo C. Fonte: Fotografia do arquivo pessoal de Carolina Monteiro, Maputo, 2013.

Figura 35/36/37. Meninos da Asscodecha, Chamanculo C. Fonte: Fotografia do arquivo pessoal de Carolina Monteiro, Maputo, 2013.

Figura 38. Madeira Chafuta. Fonte: <http://www.moflor.co.mz/carpitantaria/>

Figura 39. Cana-de-açúcar. Fonte: <http://agrotec.pt/?cat=91>

Figura 40. Seixo rolado. Fonte:

Figura 41. Palmeiras. Fonte:

Figura 42. Flores *Bungavilias*. Fonte: http://pixabay.com/p-14273/?no_redirect

Figura 43. Flores *Impatiens Walleriana*. Fonte:

http://yourhomegardenblog.com/wordpress/wp-content/uploads/2009/03/impatiens_walleriana_2.jpg

Figura 44. Cultivo de couve. Fonte: (Horta Caseira da Sra. Julieta Chadreque em Maputo, Moçambique), <http://agriculturanaturalsustentavel.blogspot.pt/2013/02/praticando-agricultura-natural-em-casa.html>

Figura 45. Plantação de batata. Fonte: <http://neiarodrigues.blogspot.pt/2012/01/plantacao-de-batata-nessa-terra.html>

Lista de Acrónimos

FRELIMO	Frente de libertação de Moçambique
UDENAMO	União Democrática Nacional de Moçambique
MANU	União Nacional Africana de Moçambique
UNAMI	União Nacional Africana de Moçambique Independente
ONU	Organização das Nações Unidas
C.F.M	Caminhos de Ferro de Moçambique
CMM	Concelho Municipal de Maputo
GUC	Gabinete de Urbanização Colonial
GUU	Gabinete de Urbanização do Ultramar
DSUH	Direcção de Serviços de Urbanização e Habitações
DGFU	Direcção Geral de Fomento do Ultramar
OPAE	Organização Política e Administrativa das Escolas

Capítulo 1

Introdução

Objectivos

O tema desenvolvido surgiu depois de uma experiência vivida em Maputo, em situação de voluntariado em Moçambique, mais concretamente no Bairro de Chamanculo C, um “bairro de lata” situado nos arredores da cidade. Este é um bairro com cerca de 68 mil pessoas na sua totalidade, e que se encontra dividido em 4 grupos, o Bairro de Chamanculo A, B, C e D. Após uma enorme reflexão sobre o que foi vivenciado naquele país, surgiu a ideia de desenvolver um projecto de novas infra-estruturas para o ensino para o mesmo bairro. Juntar a arquitectura com os espaços escolares, num país totalmente diferente de Portugal, era de facto um tema a explorar.

O facto de ser um país com grandes lacunas ao nível de ensino fez com que apostasse em desenvolver este tema. O mais importante era, sem dúvida, arriscar num projecto realmente novo, que desenvolvesse o ensino moçambicano, ou seja introduzir o ensino para as crianças mais pequenas, um infantário. Todos os meninos que habitam neste bairro (até aos 5 anos de idade) andam completamente sozinhos pelas ruas sujeitas a todos os perigos, sem ninguém que os supervisione. A inexistência de infantários, espaços escolares para crianças que ainda não leccionam o ensino primário é notória.

Ao longo desta pesquisa, foi equacionada a intervenção de uma arquitectura que seja apropriada para o país em questão. A possibilidade era desenvolver um projecto que esteja de acordo com as características moçambicanas, referindo o facto da utilização de materiais locais, assim como a ajuda dos locais na construção do infantário. É uma arquitectura diferente, para um país diferente e uma população especial. Entende-se que uma escola não é apenas um lugar onde se “depositam” as crianças mas é um local onde muitos meninos podem usufruir de um carinho diferente e de uma protecção que não teriam se andassem “perdidos” no bairro. É a partir deste pressuposto que surge toda uma projecção de sonhos e ideias, novas maneiras de crescer e aprender, isto é, ser acompanhado desde o início de todo o seu crescimento.

A escola é muitas das vezes uma segunda casa para todos e, sem dúvida, que para este bairro, é o que pretendemos conceber. Os valores e princípios existentes, é algo completamente diferente na nossa realidade.

As primeiras instituições para crianças surgiram em Portugal no ano de 1834, durante a Monarquia, que pertenciam à iniciativa privada, mas com preocupações sociais. O início da educação de infância como sistema público surge nas últimas décadas da monarquia sendo que esta seria uma ótima forma das crianças experienciar um conforto e segurança fora das suas habitações; fazendo com que se desenvolvessem a nível social e se preparassem para realizarem tarefas a um nível mais avançado do que na escola primária. Os principais objectivos da educação pré-escolar são os seguintes:

- Promover o desenvolvimento pessoal e social da criança;
- Inserir a criança em grupos sociais, mostrando as diferenças culturais;
- Contribuir para a igualdade de oportunidades no acesso escolar;
- Desenvolver os meios essenciais através da expressão e comunicação;
- Proporcionar a cada criança o bem-estar, a segurança, no âmbito também da saúde individual e colectiva;

Em Moçambique a realidade já é bastante diferente. Entre os milhões de habitantes existentes cerca de 4,5 milhões estão na idade compreendida entre os 0 e os 5 anos, o que corresponde proximamente a 20% do total da população (INE, 2007). O ensino pré-primário, até 1983 era facultativo, deixou de ser leccionado nas escolas do ensino primário, de acordo com o Sistema Nacional de Educação (SNE), assim, o ensino pré-escolar passou a ser realizado em creches para crianças com idade inferior a 7 anos, contudo a inexistência dos mesmos é notória. Devido à fraca cobertura destes serviços, a maior parte das crianças não ingressava nos mesmos, passando apenas para a primeira classe.

É um tema que cativa qualquer arquitecto fazendo com que crie um espaço multifuncional com bons ambientes, capaz de captar a memória de qualquer criança, bem como alegria, o convívio, aprendizagem, quebrando a solidão. Neste caso é um programa especial com mais restrições visto que é um projecto para um bairro social em Maputo.

Metodologia

Esta dissertação de arquitectura irá realizar-se a dois “níveis” diferentes. Existe a parte de pesquisa que se desenvolverá através de uma investigação teórica, explicação do projecto e tudo o que ele implica; apresentando-se num segundo nível a execução do projecto. São dois trabalhos que se completam reciprocamente.

A parte teórica subdivide-se em vários capítulos, onde se investigam diversos temas como a contextualização histórica de todo o país em questão, Moçambique. Irá abordar-se de a sua evolução histórica, começando por averiguar a sua descoberta, os marcos históricos mais importantes como a mudança variada de denominações que teve a capital do país, desde Lourenço Marques a Maputo, a Guerra da “Pacificação de Moçambique”, a 1ª Grande Guerra (1914 a 1918) e por fim a Guerra Colonial que foi o finalizar de um ciclo e o começo de um novo ciclo de liberdade de que tanto esperava o povo moçambicano.

Contém também a informação sobre o Bairro de Chamanculo C em particular, dando mais ênfase a partir do ano 2000 e 2001, quando a situação do bairro se tornou ainda mais precária, depois das grandes cheias que o abalaram. A reconstrução do mesmo, o terreno, a construção das habitações será grande parte da informação teórica da dissertação, bem como a arquitectura e o espaço moçambicano, a sua evolução, ambiente escolar e pedagogia e, por fim, a memória descritiva que explica e indica todos os temas relacionados com a dissertação referente ao projecto, os objectivos, o programa, enquadramento geral, a abordagem conceptual bem como as características de construção. Finalmente, o que consta de toda a parte prática para o Infantário de Chamanculo C em Moçambique os desenhos técnicos que permitem uma compreensão de todo o projecto.

Capítulo 2

Espaço

2.1 Contextualização histórica de Lourenço Marques actual

Maputo

Moçambique tem como fronteira a Tanzânia, Malawi, Zâmbia, África do Sul e Suazilândia, tendo sido colónia portuguesa desde 1898 a 1975, data da sua independência. A cidade de Maputo conhecida também como Lourenço Marques é a maior cidade de Moçambique, pertencendo ao Sul do continente africano, incluindo também os distritos municipais de Catembe e a Ilha de Inhaca. Foi uma cidade povoada por diversos tipos de pessoas vindos dos cantos mais longínquos do mundo em busca do que de melhor tem este país, as riquezas naturais que existem em abundância, mas também, é de mencionar uma parte da história, obscura: a escravatura e as guerras. Neste capítulo vão relatar-se alguns aspectos importantes da história moçambicana.¹



Figura 1. Mapa do continente Africano

¹ Concelho Municipal de Maputo. (2009). Cidade de Maputo [em linha]. Disponível em <http://www.cmmmaputo.gov.mz/CMMBalcao>. [Consultado em 25-03-2014].

A história deste país, para nós portugueses começa por volta do ano de 1489, em que o primeiro navegador português Pêro da Covilhã chega à costa de Moçambique, na época dos Descobrimentos Marítimos Portugueses. Contudo, Vasco da Gama apeia em Inhambane no ano de 1498, chegando também rapidamente a descobrir a borda da Ilha de Moçambique. É em 1502 que o mesmo retoma a sua viagem pela segunda vez, com o intuito de executar uma feitoria na própria ilha. Tudo se ergue a partir do século XV, quando surge este grandioso país, através das feitorias que servem como entrepostos comerciais, com funções militares, diplomáticas, trocas comerciais com os naturais da região, ou até com os mercadores, que até lá se deslocavam.

O governo exercia as suas funções de uma forma bastante autoritária estabelecendo-se numa zona sob o seu total e extremo controlo. Existiam um misto de culturas completamente diversificadas como negros, árabes, indianos, turcos etc., era uma forte zona para a troca das mais dissemelhantes mercadorias como marfim e ouro, mas sobretudo, existia o comércio de escravos, tornando-se numa rede poderosa, dando lugar à extrema escravatura.²

A história de Maputo vem de tempos deveras longínquos. Houve um desencadear de situações e onde tudo começou a fazer sentido com a descoberta da baía onde se encontra esta grande cidade repleta de história, Maputo. Esta cidade já fazia parte de mapas datados de 1502, onde herdou o nome de Lourenço Marques, visto que este era o grande, primeiro navegador, piloto português a fazer um enorme e rigoroso reconhecimento da região Sul conhecida como, a Baía dos Mpfumos, Baía dos Chefes e Baía da Lagoa. Mais tarde, foi-lhe concebido o nome da Baía de Lourenço Marques, e finalmente, depois da independência, o nome actual Baía de Maputo.

Esta descoberta tornou-se nitidamente importante para Portugal, visto que Lourenço Marques conseguiu que surgissem contactos a partir dos quais se desenvolveram grandes acordos com os chefes locais. Estes permitiram que se realizassem bases de comércio para que os portugueses se conseguissem estabelecer no Sul de Moçambique, bases estas que criaram fortes ligações entre os dois países, a nível de importação e exportação de produtos. É em 1505 que Portugal cria uma união mais possante com este país, concebendo ainda mais feitorias, construindo um forte com os mais diversos “mercados”, que sem dúvida faziam extrema falta como hospital e igreja, especialmente na Ilha de Moçambique, o país era

² João Gil. (2008). Maputo - Lourenço Marques [em linha]. Disponível em <http://joaogil.planetaclix.pt/lou1.htm>. [Consultado em 25-03-2014].

indicado para todo o povo que quisesse frequentar bons negócios. A venda de tecidos, ouro branco, e marfim eram a frente do grande lucro do comércio.³

Em 1752 os portugueses retiraram Moçambique, administrativamente das “Índias Portuguesas”, ou seja, tudo o que ligava Moçambique ao território português. Esta decisão fez com que este país tivesse um governador autónomo. No ano de 1857 é criada a Câmara Municipal para a povoação de Lourenço Marques. Com todas as disputas territoriais durante vários anos sobretudo com Inglaterra em 1861, Portugal faz com que sejam reconhecidos os seus direitos em relação aos territórios em disputa. O presidente da República Francesa concorda em reconhecer tais direitos para Portugal e é a partir desse momento, com todo este conhecimento, que nasce no centro da cidade a Praça Mac - Mahon (nome do Presidente da República Francesa). Em conjunto com uma estátua em representação deste feito, é construído também o prédio da Estação de Caminhos de Ferros de Moçambique (C.F.M) ainda actual na cidade.



Figura 2. Estação de Caminhos-de-ferro (C.F.M), Maputo, 2013.

Maputo foi elevada a vila em 1877 e elevada a cidade desde o dia 10 de Novembro, de 1887. Um ano depois, com a descoberta de ouro na África do Sul, Lourenço Marques inaugura as ligações ferroviárias com o país vizinho, o que é considerado um enorme episódio na história do país. É deveras importante um trato como este, sendo criado um certo positivismo na cidade que chega mesmo a tornar-se a capital administrativa de Moçambique.

Conhecidas como as guerras da “Pacificação de Moçambique” foram grandes batalhas travadas por militares portugueses que levaram à submissão dos povos indígenas que estavam instalados em Moçambique, e que não aceitavam de todo ser dominados e colonizados pelo

³ João Gil. (2008). Maputo - Lourenço Marques [em linha]. Disponível em <http://joaogil.planetaclix.pt/lou1.htm>. [Consultado em 25-03-2014].

povo português. Esta guerra ficou conhecida por alguns desastres para os portugueses que lá se encontravam.

A grande Guerra de 1914-1918 ficará na história como sendo a primeira em que houve o envolvimento de várias nações. Surgiram grandes combates navais, aéreos e terrestres, envolvendo muitos milhares de tropas indígenas, alguns milhares de europeus entre os quais se incluem cerca de cinquenta mil portugueses. Portugal surge nesta guerra, tendo apenas um objectivo, colónias portuguesas nos países africanos. Assim, inicialmente esta batalha ficou particularmente conhecida como a África Portuguesa entre 1914 e 1918.

O uso de fortes materiais, e tecnologia avançada para a data foram o suficiente para existir bombardeamentos em massa, em localidades que foram completamente devastadas, originando a morte indistinta de dezenas de milhar de civis. As armas químicas e os submarinos foram o ponto de partida para táticas avançadas e sofisticadas para a época. Inicialmente para os alemães, África não era um ponto de interesse, mas quem a liderava condescendeu que a Alemanha se fundasse neste continente começando pelo Togo e pelos Camarões que foram ocupados e afirmados como protectores dos alemães.

Passado uns anos a Alemanha “conquistou” os portugueses e conseguiu que Portugal lhe cedesse todos os direitos sobre uma determinada parte de território, mais concretamente entre Cabo Frio e o Baixo Cunene, aproximando-os ainda mais da fronteira Angolana, visto que também a pretendiam obter. Na teoria, os alemães começaram a desejar tudo o que lhes era idealizado, até que, na África Ocidental, a Norte de Moçambique existia uma companhia de negociantes alemães que fizeram questão de declarar que aquela região passaria a ser o futuro para os mesmos, ou seja a África Oriental Alemã. O jornal alemão “Post” em Dezembro de 1911 publicava: “(...) Lembremo-nos, de que nos arquivos de Londres e Berlim, existe um tratado que assinámos em 1898, com a Inglaterra, e pelo qual as possessões de Portugal, na África, nos são garantidas. Seriam compensações, que deviam dar-se-nos, em troca das vantagens da partilha da Pérsia (...)”⁴

Não existiam dúvidas que o projecto da Alemanha era evidentemente ter Moçambique e Angola. Ocorreram declarações de guerra em 1914 que levaram a definição de posições e alianças de diferentes países. A Áustria declarou guerra à Sérvia, a Alemanha à Rússia e à França e ainda invadiu o Luxemburgo e a Bélgica, ficando assim definidas todas as posições. A Alemanha e a Áustria contra a Inglaterra, França, Rússia, Bélgica e Sérvia. Os restantes países declararam neutralidade, tal como Portugal, apesar de se manter aliado a Inglaterra em relação às possessões de África. A Alemanha deu início a esta grande batalha. Os alemães

⁴ Miguel Machado. (2011). Grande Guerra - 1914 a 1918 [em linha]. Disponível em <http://www.operacional.pt/grande-guerra-1914-a-1918-i/>. [Consultado em 10-03-2014].

declararam guerra a Portugal em 1916, particularmente por Portugal se ter aliado a França enviando tropas. Toda esta guerra trouxe grandes perdas e grandes ganhos de ocupações vindas de outros povos, conquistas de novas zonas que já tinham sido vitórias para Portugal, mas que devido a erros cometidos pelos mesmos e forças de combinações contrárias, resultaram na perda de certas vitórias já avassaladas, causando sempre mortes entre a população moçambicana e europeia. ⁵

Guerra Colonial - A grande luta pela independência Moçambicana

A guerra colonial surgiu como um fim de um percurso (libertação) para o povo moçambicano. É o culminar de grandes lutas, grandes preocupações e ambições para Moçambique. Dá-se pelo nome de Guerra Colonial, Guerra do Ultramar (sendo assim chamada pelo povo português até ao 25 de Abril) e até mesmo Guerra de Libertação (expressão usada particularmente pelos povos africanos). Estes nomes referem-se ao período de guerra que ocorreu na época entre 1961 e 1974, com confrontos entre as Forças Armadas Portuguesas e as forças organizadas pelos movimentos de libertação das antigas províncias ultramarinas de Angola, Guiné Bissau e, finalmente, Moçambique. O início de toda esta história ocorreu em Angola no ano de 1961 e o seu fim deu-se devido à ocorrência da Revolução dos Cravos em Portugal, a 25 de Abril do ano de 1974.



Figura 3. Embarque das Forças Armadas Portuguesas para Moçambique, 1971.

Com todas as mudanças decorrentes da Revolução de Abril, nomeadamente a nível político, os movimentos das forças portuguesas deixaram nitidamente de criar o efeito desejado, gerando-se assim a democratização dos países em questão acedendo as reivindicações das independências das colónias. Era uma guerra que se baseava nos princípios

⁵ Miguel Machado. (2011). Grande Guerra - 1914 a 1918 [em linha]. Disponível em <http://www.operacional.pt/grande-guerra-1914-a-1918-i/>. [Consultado em 10-03-2014].

políticos da defesa de um território que era nacional, português, que se fundamentava em particular no conceito de uma nação pluricontinental e similarmente multirracional. Mas, em contrapartida, os movimentos de libertação fundamentavam-se no princípio intransmissível de autodeterminação e independência para a liberdade, o que estimulava claramente à luta. Falando apenas na história da guerra no sul do continente africano, Moçambique, deu-se o início de uma revolução com o movimento de libertação, com o nome de Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). Esta foi fundada no ano de 1962, com a ordem do Presidente da Tanzânia, e foi fundada através da junção de 3 movimentos nacionalistas que já existiam e que são: UDENAMO (União Democrática Nacional de Moçambique); MANU (União Nacional Africana de Moçambique) e UNAMI (União Nacional Africana de Moçambique Independente).

A Frelimo é um partido político ainda hoje existente, oficialmente fundado como sendo um movimento nacionalista, com o intuito de lutar pela independência de Moçambique do domínio colonial português. Teve como primeiro presidente o Dr. Eduardo Mondlane, antropólogo que laborava na ONU (Organização das Nações Unidas).⁶ Todo o país queria de certa forma que tivessem total liberdade, se absolvessem das colónias portuguesas, mas acima de tudo, fizeram com que houvesse um “grito de liberdade” contra tudo o que lhes prejudicava como, o racismo, a opressão, o roubo de propriedades rurais, os trabalhos forçados a que eram admitidos a executar, em troca de pouco dinheiro, a exploração da riqueza do país tal como as extremas dificuldades de acesso a todo o tipo de ensino, visto que quase 90% da população moçambicana na altura era considerada analfabeta.



Figura 4. Presidente da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), Eduardo Mondlane.

⁶ Un Mozambique, Delivering as One. (2008). História de Moçambique [em linha]. Disponível em <http://www.mz.one.un.org/por/Mocambique/Historia-de-Mocambique> [Consultado em 26-03-2014].

A Frelimo tinha ideias marxistas (conjunto de ideias filosóficas, políticas e sociais, elaboradas primeiramente por Karl Marx e Friedrich Engels, intelectuais revolucionários. O Marxismo é uma ideologia que defende a sociedade humana evolui através da luta de classes).

Criaram-se alguns campos de treino, onde se tinha a hipótese de albergar centenas de homens para esse mesmo exercício, preparando-os arduamente. Moçambique tornou a sua posição ao anti colonialismo como principal objectivo, reuniu todas as forças para que esta resistência se tornasse mais sólida e mais bem estruturada a partir do ano de 1961, mas foi no decorrer do ano de 1963 que começaram a chegar reforços a este país. Seguiram-se vários ataques a lojas e domicílios contra alvos civis, que dizem ter manchado a imagem da actual Frelimo. Aqui começou para os colonos moçambicanos a derradeira luta armada nativa.

A população existente criou a imagem que tais ataques tinham sido propositadamente preparados pela organização da Frelimo, mas esta veio desmentir, claramente acusando dois dos movimentos nacionalistas citados em cima. A organização em causa convenceu tudo e todos que, o que se tinha passado através de um movimento político e militar, não tinha sido um ataque terrorista da sua parte. Chamaram-lhe assim a “libertação nacional”.

Foi a partir deste movimento que começou a dar-se a campanha de organização anti colonista a 25 de Setembro de 1964. Este enorme facto fez com que na cidade de Maputo fosse feriado nacional em Moçambique Independente.⁷ “ (...) A acção mais marcante foi dirigida, em 25 de Setembro de 1964, contra um posto administrativo português na Vila do Chai, a norte de Macomia, perto do rio Messalo. Vários Ataques foram realizados nessa mesma altura, mas o único caso devidamente relatado foi a operação contra o Chai, tudo levando a crer que os primeiros tiros da guerra foram disparados aí, resultando na morte do chefe do posto e de mais 6 portugueses (...).”⁸ Este fatídico dia ficou conhecido como o *Dia das Forças Armadas*. Os primeiros grandes ataques das forças portuguesas foram as *Operações Águia e Nó Górdio*, tendo por base Mueda (zona onde se localizava o quartel da companhia), que decorreram nomeadamente no ano de 1965 e 1970.

Foi uma luta bastante dura, e com grandes erros cometidos por parte do exército português, mas também pelos homens da Frelimo. Os portugueses foram duros no que toca a esta guerra, chegaram a utilizar químicos fazendo com que fosse limitado o sustento das guerrilhas da Frelimo. Foram usados para delimitar o cultivo da mandioca e batata-doce provocando também a desfolha do arvoredado existente. Estes químicos foram usados apenas contra as plantações agrícolas e não contra a população moçambicana. Na verdade, este não

⁷ João Gil. (2008). Maputo - Lourenço Marques [em linha]. Disponível em <http://joaogil.planetaclix.pt/lou1.htm>. [Consultado em 25-03-2014].

⁸ Iain, Christie. (1986). *Samora - Uma Bibliografia*. Maputo, Ndjira.

foi o único acto absurdo do exército português, os mesmos fizeram com que houvesse o massacre de Wiryamu. Massacre este que começou com vários bombardeamentos a toda a vila da cidade de Tete, soldados de toda a parte cercavam a aldeia, incendiavam as palhotas queimando gente dentro delas, tirando-lhes a vida, deixando gente ao abandono sem as mínimas condições. A vantagem portuguesa era a grande fortuna a nível de artilharia, carros de combate, transporte militares, estava tudo bem organizado e equipado, mas contudo, os militares estavam totalmente mal preparados para uma guerra. A Frelimo tinha vantagens composta por uma forte motivação, conhecia bem os territórios por onde se encontravam e tinha um apoio razoável perante algumas partes das populações, em específico o Norte de Moçambique e também a Tanzânia. Em Moçambique grande parte dos elementos que se iriam juntar à Frelimo, não conheciam a língua portuguesa para a poder falar, só mais tarde quando começaram a surgir os grupos de exilados, o português começou a ser mais frequente e similarmente usado.

Com o avançar dos anos, a actividade da Frelimo aumentou, em especial no centro e norte de Moçambique, mas sem grandes ganhos militares significativos, acentuando-se assim a pressão para Portugal e a propaganda antiguerra. Claro que com tudo isto, houve constituintes da Frelimo que quiseram pertencer ao lado português, mas também militares portugueses que passaram para o lado rival. Mesmo assim, Portugal não pode dizer que estivesse a perder a guerra, conseguiram controlar e limitar a Frelimo através de emboscadas, e ataques de guerrilha no mato como em áreas isoladas, o que fazia com que houvesse grandes perturbações na vida dos moçambicanos nesses espaços. Esta guerra fez com que fosse desencadeado o 25 de Abril, havendo discordância entre colonos do interior e os militares.⁹

Moçambique actualmente

Hoje em dia, Moçambique é um país que apesar de toda a sua riqueza está muito á quem de ser um país considerado desenvolvido. Existem inúmeras falhas que estão visivelmente presentes a todos os níveis. O centro da cidade de Maputo, apesar dos grandes prédios “recentes”, está bastante degradado, o que é visível no estado de sujidade das ruas, com lixo acumulado no chão durante dias. Contudo, nos bairros em redor do centro da cidade, as coisas tendem sempre a piorar. Ainda existem várias tradições que são mantidas e que não deixam de ser utilizadas para assim se poderem tornar num povo “mais civilizado”. São as suas raízes claramente, mas se a educação se desenvolvesse, os “métodos” tornar-se-iam visivelmente melhores, mais organizadas; mas acima de tudo, mudava o rumo desta população aos poucos. Para este povo, a tradição é quase tudo. É um conhecimento que

⁹ João Gil. (2008). Maputo - Lourenço Marques [em linha]. Disponível em <http://joaogil.planetaclix.pt/lou1.htm>. [Consultado em 25-03-2014].

provém da transmissão oral de hábitos durante um longo espaço de tempo e que passa de geração em geração. O nome “tradição” foi criado e originado pelos primeiros cristãos às crenças ancestrais, sendo transmitidas através de mitos religiosos. É um símbolo que patenteia o respeito, simplesmente através da autoridade que lhes é presenteado. São modelos de referência, respeitada acima de tudo, pelo povo mais conservador e atacado por outros como sendo um obstáculo de mudança. A transmissão destes valores culturais é transmitida através de certos elementos como: lendas, fábulas, provérbios, canções, ritos e preconceitos. Os valores que são transmitidos através de todos estes rituais e tradições populares são: a solidariedade, amizade, união, decência, humildade... mas também existem os contravalores que provocam um certo tipo de egoísmo, falta de respeito, inveja, e outros males que desprestigiam o conceito de comunidade.¹⁰ Há problemas actuais na vida dos moçambicanos que se deve ao seu passado colonial.



Figura 5. Centro de Maputo, 2013.



Figura 6. Centro de Maputo, tradições e culturas diversas, 2013.

¹⁰ J. Greija. (2008). Educação no contexto Tradicional em Moçambique [em linha]. Disponível em <http://www.slideshare.net/johnbank1/educacao-tradicional-em-moc>. [Consultado em 1-03-2014].

2.2 Contextualização histórica do Bairro de Chamanculo C

O Bairro de Chamanculo C é um bairro histórico que está situado nos arredores da cidade de Maputo. O bairro na sua totalidade é composto por Chamanculo A, B, C e D, e tem uma população de cerca de 87.481 habitantes. O bairro em estudo, Chamanculo C, é o mais populoso, com cerca de 38.696 habitantes.¹¹ São dados antigos (1997), o que leva a crer que a população actual do bairro deverá ser bem mais elevada, tanto mais que durante a guerra civil, se registou um aumento do fluxo da população para o bairro. A população pretendia um abrigo nas zonas rurais, procurando assim, refúgio nas áreas protegidas.¹²



Figura 7. Vista aérea Chamanculo, Maputo 2013.

¹¹ Dados retirados do Recenseamento Geral da População e Habitação. (1997). Dados definitivos. Maputo, Instituto Nacional de estatística. [Consultado em 7-04-2014].

¹²The Lutheran World Federation Mozambique.
http://www.lwfmozambique.org.mz/index.php?option=com_content&view=article&id=55&Itemid=61&lang=. [Consultado em 22-03-2014].

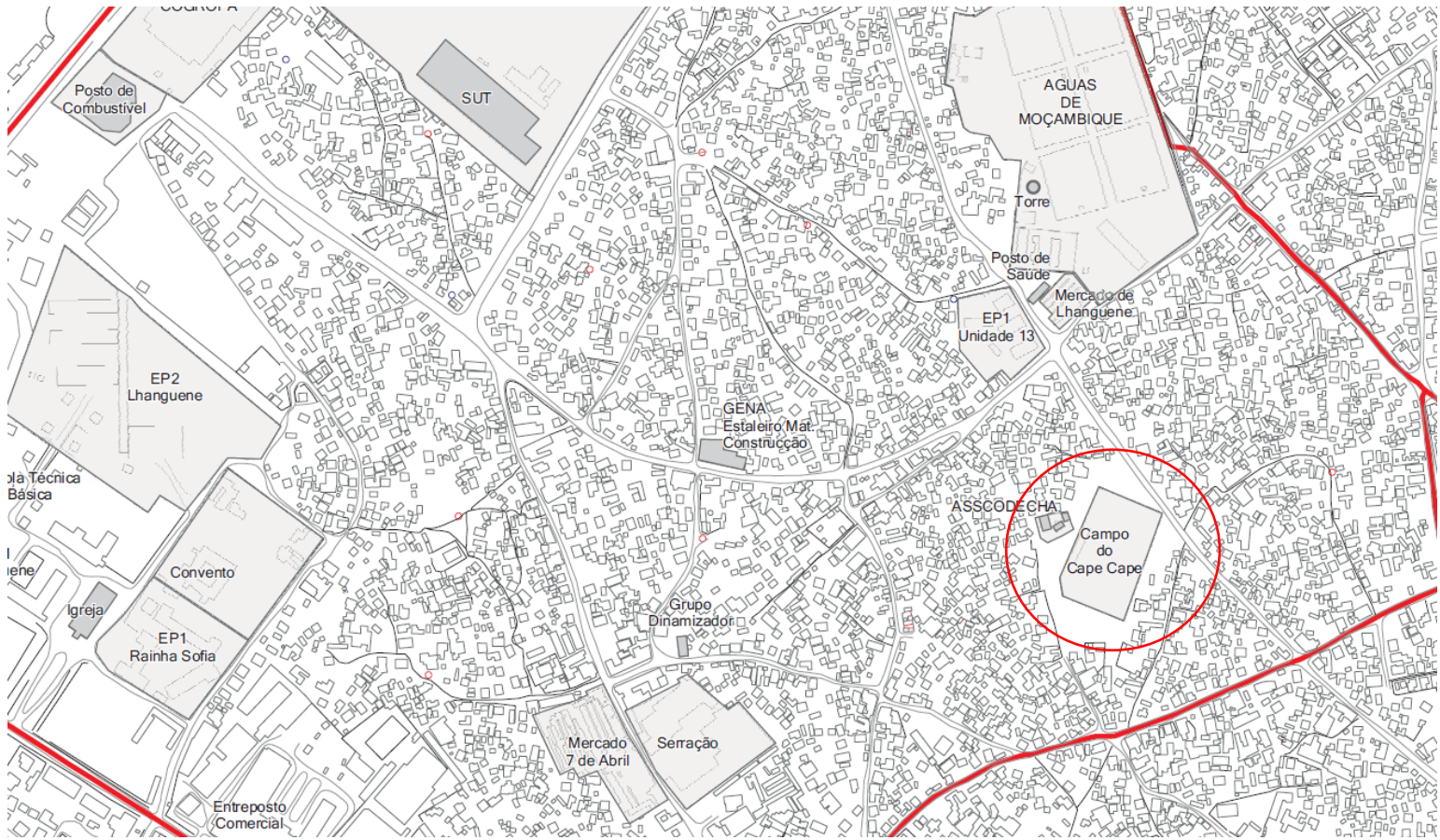


Figura 8. Planta das infra estruturas existentes, Chamanculo, Maputo 2013.



Figura 9. Centro do Bairro de Chamanculo C, 2013.



Figura 10. Ruas do Bairro de Chamanculo C, 2013.

Nas localidades e bairros existentes nas várias províncias de Maputo, observam-se abundantes contrastes, quer do ponto de vista da organização, planeamento e edificação urbanas, quer das características populacionais e sociais, em grupos sociais diferenciados. Existem evidentemente vários tipos de grupos sociais no centro, em alguns casos de forma bastante acentuada.

Dão-se a conhecer três tipos de área diversificada a área urbana, suburbana e periurbana, classificação que depende do ponto de vista e do conceito de autor para autor. Considera-se a cidade como a área urbana evidentemente, sendo que é considerada pela edificação contínua e pela existência de infra-estruturas urbanas, que abrangem um conjunto significativo de serviços públicos. Aqui, o centro urbano é todo organizado com planeamento bem estruturado e simples, avenidas e ruas amplas, bairros e vivendas luxuosas, comércio, abastecimento e saneamento razoáveis. De forma discriminatória, a área suburbana é considerada um espaço de pobreza e com grande nível de marginalidade. Observa-se uma ocupação do solo completamente. Concentra cerca de 77,5% de toda a população da cidade, o que representa cerca de 69,2% do total dos bairros. É considerado o Bairro de Chamanculo C. Quanto ao espaço periurbano é visto como uma reserva de espaço para a expansão da cidade, albergando apenas 8,7% da população da cidade.¹³

¹³ Manuel Mendes de Araújo. Finisterra, XXXIV, 67-68. (1999). *Cidade de Maputo, Espaços Contrastados: Do Urbano ao Rural*. Disponível em http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/1999-6768/6768_16.pdf. [Consultado em 8-04-2014].

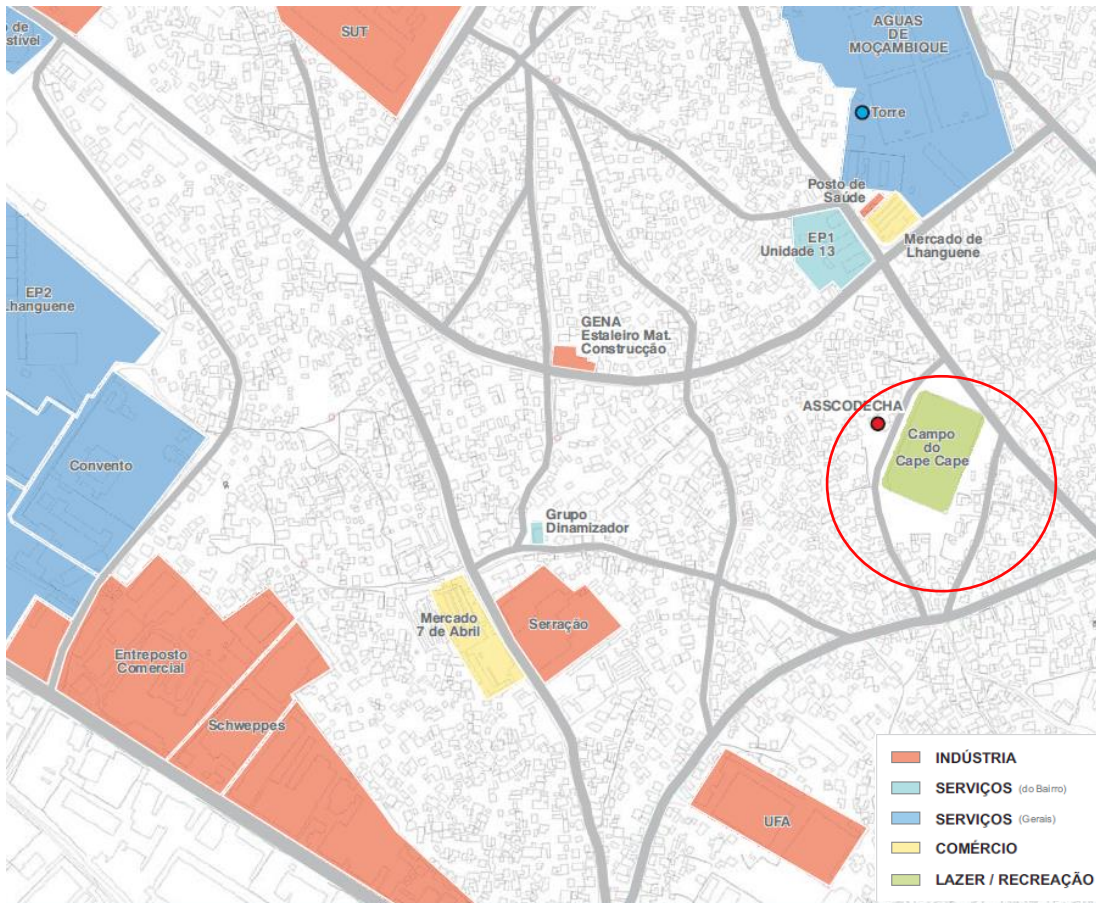


Figura 11. Zona industrial, comércio, serviço e lazer, Bairro de Chamanculo C, 2006.

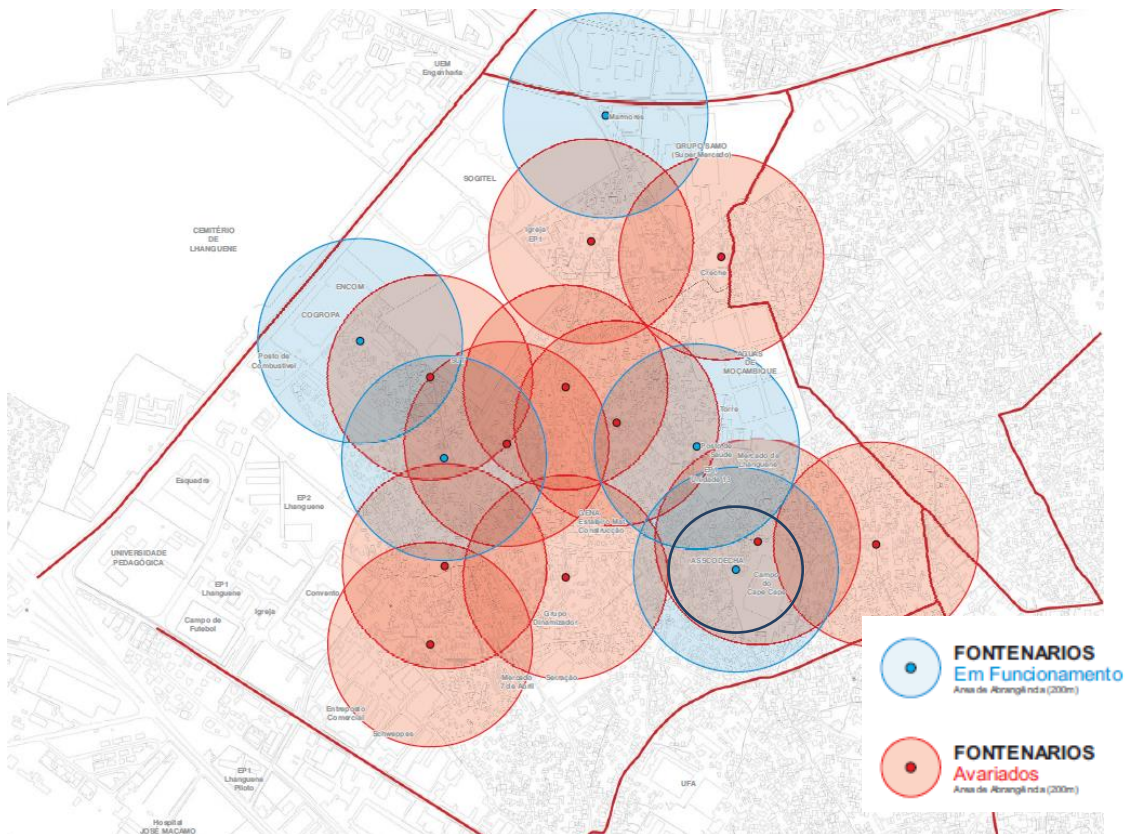


Figura 12. Fontenários em funcionamento e avariados no Bairro de Chamanculo C, 2006.

O bairro de Chamanculo C, é o culminar do desordenamento urbano e territorial, devido ao número de pessoas que lá se instalaram e construindo em lugares impróprios e desadequados. É uma zona com ocupação extrema, onde apenas existe um espaçamento mínimo entre as casas. As áreas verdes e as áreas de lazer são inexistentes. Neste contexto surgem inúmeros problemas, visto que as habitações surgem consecutivamente “coladas” e não parceladas. Há situações em que um espaço de 20 metros por 10 dá para uma média de quatro a cinco famílias, sendo que o título de propriedade pertence apenas a uma família. As famílias restantes encontram-se na mesma propriedade visto que têm a confiança dos proprietários. A construção de infra-estruturas como o saneamento e estruturas viárias simplesmente não poderão existir devido ao facto de ser preciso algum espaço, o que levaria ao desabamento de algumas habitações. O superpovoamento é a consequência da falta de acompanhamento do crescimento da cidade e de altas taxas de nascimento, contribuindo assim para o consecutivo aumento populacional. Cada casa alberga famílias inteiras, com a atribuição de espaços aos filhos jovens e aos netos, visto que é um país com mães e pais bastante jovens. Ficam todos na mesma habitação, mesmo tendo ela um espaço mínimo, de por exemplo de 3m x 3m.

É uma zona considerada como “bairro de lata” onde quase não existem estradas para a circulação de automóveis, a extrema pobreza é completamente visível aos olhos de todos, os índices de desemprego e criminalidade são altíssimos, o que faz com que os pais não tenham rendimento para pagar a escolaridade, deixando inúmeras crianças sem qualquer tipo de estudo. Existe um único hospital para o superpovoamento referido, sem grandes condições para ser designado de hospital.



Figura 13. Habitantes em suas “casas” no Bairro de Chamanculo C, 2013.



Figura 14. Estradas existentes no interior do Bairro de Chamanculo C, 2013.

A situação do Bairro de Chamanculo, depois das grandes cheias de 2000 e 2001

Se o bairro nunca esteve numa boa situação a todos os níveis, foi gravemente afectado pela da catástrofe que ocorreu nos anos de 2000 e 2001. As cheias apesar de devastadoras e de terem deixado centenas de famílias sem nada a viver em situações deploráveis, acabaram por forçar a reestruturação do bairro. Com a tal reestruturação as casas eram improvisadas com restos de lata e latão que aproveitavam das ruas estreitas do bairro, o caniço passou a ser o material mais frequentemente utilizado; são casas construídas com paus, e protegidas por uma pasta barrenta de argila e cobertas com caniço (capim). Este era o tipo de material mais comum para a construção das habitações, era um material precário em Moçambique. O material convencional que agora se utiliza de uma forma mais regular é o cimento e os blocos de tijolo empilhados uns em cima dos outros, tendo como protecção a chapa para servir de abrigo.¹⁴

As cheias ocorreram devido ao piso em que o bairro se encontra. Este é um facto que atormenta o bairro até nos tempos de hoje. O saneamento criado para cada zona é o mais desumano possível, chegando mesmo cada latrina (lugar para dejectos humanos, compartimento que serve como sanita), ser utilizada por cerca de dez famílias, cada uma com uma média de 6 a 10 pessoas. As pessoas fazem uma espécie de compartimento fechado com portas em latão para ter a sua privacidade, sendo que algumas poderão partilhar o espaço para o banho no mesmo compartimento.¹⁵

¹⁴ Manuel Mendes de Araújo. Finisterra, XXXIV, 67-68. (1999). *Cidade de Maputo, Espaços Contrastes: Do Urbano ao Rural*. Disponível em http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/1999-6768/6768_16.pdf. [Consultado em 8-04-2014].

¹⁵ Bairro do Mumemo. (2009). Cheias de Chamanculo C - História [em linha]. Disponível em <http://mumemo.no.sapo.pt/historia.html>. [Consultado em 1-03-2014].



Figura 15/16. Casas de banho das habitações do Bairro de Chamanculo C, 2013.

Continuam a existir cheias frequentemente, não tão fortes como naqueles anos mas o solo naquele bairro é muito prejudicial. Cada vez que é preciso um novo buraco para as latrinas é aberto e o que estava a ser utilizado é fechado; assim todo o terreno do bairro está completamente cheio de resíduos não deixando o escoamento das águas percorrer o solo. O lixo também é uma constante, não ajudando à sucção das águas da chuva e do banho. Estas cheias aconteceram, e foi por isso que Chamanculo começou a tentar mudar a sua história. Foi assim que as pessoas de fora, a população em geral e também intervenientes de outros países iniciaram os trabalhos de reconstrução, para centenas de pessoas. A maior parte das famílias tiveram grande dificuldade em recuperar, pois perderam tudo o que tinham, estavam a começar do zero, e todas as ajudas eram bem-vindas. A recuperação destas famílias iria ser um suplício para as mesmas, pois o bairro estava em condições miseráveis.

A primeira fase deste processo teve como objectivo tentar obter uma ajuda inicial para os objectos que eram fundamentais para a limpeza do terreno. Conseguiram que lhes fosse oferecido motobombas para a remoção da água que inundava Chamanculo C. Foram dias e noites durante meses a tentar orientar a dosagem de água que tinham de tirar, para que realmente o bairro começasse a ficar sem água. Depois desta primeira fase, foi feito de tudo para alterar o terreno e assim erguer de novo o bairro. Fizeram-se limpezas, drenagens de terreno, reconstrução de latrinas, a tentativa de uma “nova construção” decente, para realmente albergar um bairro com as mínimas condições, que era sem dúvida o grande objectivo a cumprir. As fossas das latrinas tinham desabado com as inundações ficando irre recuperáveis; então reergueram-se latrinas novas de estacas e caniço para a população,

limpando todo o lixo e objectos que ficaram na água durante dias a fio, gerando mesmo em alguns casos, a cólera devido à quantidade de sujidade existente no local. Durante a reedificação a população foi fundamental em todos os aspectos, sendo essencial que todos ajudassem visto que os meios existentes eram muito poucos. Toda a população se juntou com os trabalhadores especializados como pedreiros, para avançarem na reconstrução do bairro, e assim conseguirem, neste caso fazer um sistema de valas de drenagem correcto.

Com a ajuda disponibilizada para que o bairro reunisse as condições ideais para a população, o Concelho Municipal, juntamente com as Irmãs Missionárias da Consolata (Consagração Internacional, com missões Além-Fronteiras, fundação em 1910 em Turim, Itália), tiveram a ideia de mudar alguma população, para outro mesmo bairro, a construir pelos próprios habitantes. A ideia era que estas famílias começassem uma nova vida, num novo local, limpo, e com as devidas condições que todo o ser humano merece. Esta foi uma tarefa bastante difícil pois quem mora em Chamanculo faz tudo pelo seu bairro, ou seja, iria ser muito trabalhoso fazer com que os moradores abandonassem o local para frequentar outro. Era difícil motivar as famílias para o abandono do bairro, visto que todos os esforços reunidos não tinham resultado no bom funcionamento do mesmo, depois das cheias desse ano. A verdade é que todas as energias empreendidas em Chamanculo não foram realmente suficientes para garantir a segurança inicial deste local. Além de que, também era imprescindível que houvesse uma grande redução na sobrelotação deste espaço. Contudo, a maioria das famílias não queria de todo sair do bairro. Não queriam arriscar numa nova vida e acima de tudo, num local que ficava longe do centro de Maputo, em relação ao bairro que frequentavam. Foi então que, passados uns meses, algumas famílias começaram a dar o primeiro passo, tendo como ideia sair realmente de Chamanculo C; sonhando com uma nova vida pelo qual tanto esperavam mas que no seu bairro não iria ser possível. Podiam ficar sim, a residir de novo neste local, mas as condições iriam ser como antigamente, ou ainda piores.

Houve a possibilidade de criar um novo bairro mais longe de Chamanculo, que ficou com o nome de Bairro de Mumemo, em Marracuene. Foi aqui que cerca de 1777 famílias construíram as suas casas e obtiveram assim uma vida mais saudável. Tiveram ajuda de vários cantos do mundo para a construção de todas estas habitações, mas porém, não podia apenas existir habitações, mas também serviços básicos como centros de saúde, escolas... Só assim podiam permitir que todas estas famílias tivessem uma vida mais digna, com as condições necessárias que todo um bairro deve ter.

É certo que todas estas propostas criadas para conceber uma nova vida aos vários habitantes de Chamanculo C, foram notáveis para a vida destes moradores. Estes tiveram a oportunidade perfeita para uma vida mais digna, começando pela construção de novas habitações, os primeiros habitantes a frequentar o Bairro de Mumemo, o início da construção de uma rede eléctrica, as primeiras infra-estruturas sociais, a reflorestação do mesmo...

E o Bairro de Chamanculo C? Aquele bairro que inicialmente sofreu todas as cheias, que o tornaram ainda mais degradante e sem condições? Aquele que a população sofreu para o tornar no bairro com melhores condições, mas que, com todo o mérito e ajuda, começaram a formar um bairro paralelo, noutra local para tirar as famílias de Chamanculo; porque não o fizeram no bairro que sofreu todas aquelas alterações? E as famílias que continuaram em Chamanculo, que por um motivo ou outro, quiseram lá permanecer não têm o direito de ter um bairro razoável? São várias questões que se tornaram frequentes para os moradores do bairro de Chamanculo C, e que de facto fez com que o mesmo continuasse na miséria em que se encontrava, antes das cheias. Um pouco pior depois das mesmas, visto que o terreno ficou inundado, demorando meses para que toda a água escoasse.

De acordo com vários testemunhos do bairro como, Ângela Monjane a mesma afirma, *“desde o ano 2000, as coisas tendem a mudar para pior, as pessoas já não olham onde construir, qualquer lugar que elas apanham erguem as suas casas, mesmo em lugares impróprios”*. Alfredo Matusse afirma, *“Chamanculo C está mergulhado num verdadeiro caos, nos dias de chuva, as nossas casas ficam submersas, as águas não têm por onde escorrer, como sequência disso, são os charcos ou águas mal paradas. A rua que dá acesso à minha casa está sempre cheia de água suja, por mais que não chova, alguns moradores de má-fé, abrem esgotos e as águas turvas acumulam-se nos buracos ao longo das ruas, o que representa um perigo à saúde pública”*.¹⁶



Figura 17. Casas construídas em locais inadequados no Bairro de Chamanculo C, 2013

¹⁶ Jornal Online, Moçambique. (2014). Verdade Mobile [em linha]. Disponível em <http://pda.verdade.co.mz/nacional/23141-municipio-que-por-ordem-no-chamanculo> [Consultado em 22-03-2014].



Figura 18. Ruas com espaçamento impróprio, construídas depois das cheias no Bairro de Chamanculo C, 2013

O Bairro de Chamanculo não se insere claramente na reformulação que programaram para o mesmo. Passado 14 anos das cheias, continua com os mesmos problemas existentes na altura. Continua a ser um local com graves problemas de limpeza e de esgotos, como problemas a nível de saneamento, bem como do local escolhido para a construção de habitações. O Concelho Municipal de Maputo (CMM) tem ainda nos tempos de hoje o objectivo de promover o bairro, no domínio do planeamento urbano. Ou seja, em função de todos os problemas de planeamento urbano existentes no país, o CMM criou e organizou uma estratégia de governação municipal assente nas principais prioridades do governo moçambicano, através do Manifesto Eleitoral 2009/2013. O CMM tem vindo a realizar vários trabalhos a nível de infra-estruturas municipais, tentando promover o desenvolvimento na cidade, bem como, a redução da pobreza urbana. É aqui que entra definitivamente o Bairro de Chamanculo na sua totalidade, mas sobretudo o Bairro de Chamanculo C. Estes têm como princípios básicos no Planeamento Urbano, o foco no desenvolvimento humano, a participação a nível das comunidades, a gestão compartilhada, bem como, o objectivo de valorizar o capital social do local, adoptar medidas preventivas e desenvolver todos os espaços públicos. O melhoramento dos Bairros prevê a melhoria a nível da construção e reabilitação da rede viária, melhoria da expansão de redes de abastecimento de água e energia eléctrica, construção de terminais de transportes, criação de jardins...

Numa primeira fase, para o projecto de reordenamento do Bairro, os primeiros objectivos a determinar foram: demarcar e registar todas as ocupações que foram construídas de boa-fé, com a legislação correcta, e não numa zona ao acaso, tendo os vizinhos sido fundamentais para determinar no reconhecimento destas construções clandestinas; criar condições de acessibilidade para que, eventuais projectos de infra-estruturas possam vir a surgir e que

sejam facilmente implementados. Esta primeira fase resultou num total de 250 talhões levantados, reordenados e demarcados.

Para a segunda fase foi elaborada uma proposta ao projecto “Apoio a Requalificação do Bairro de Chamanculo C, no âmbito da Estratégia de Reordenamento e Urbanização dos assentamentos Informais do Município de Maputo”, aprovada pelo comité Gestor de Programa Italo - Brasileiro, de cooperação Triangular (Moçambique, Itália e Brasil), em 2009 com a duração prevista de 24 meses. O projecto tinha como orçamento cerca de 2,9 milhões dólares.

Tudo isto vem sido falado há inúmeros anos, mas não tem sido feito um bom trabalho sobretudo na requalificação do Bairro em estudo.

2.3 Arquitectura e espaço moçambicano

Maputo é actualmente uma metrópole aparentemente bem estruturada em termos de arquitectura, na sua área urbana. Contudo, há uns anos atrás, a capital deste país era um pouco mais agradável para a população que a habitava. Era uma cidade mais verde para quem nela residiam. Porém, estes viviam e continuam a viver em condições precárias. As condições a que eram sujeitos era um sinal, que estes habitantes frequentavam os arredores de Maputo e que não tinham acesso a luz, água canalizada, estradas minimamente bem estruturadas, transportes e até mesmo escolas; existiam mas de uma forma insuficiente. Com todas estas deficiências, Lourenço Marques veio a tornar-se uma cidade relativamente bem estruturada, planeada no terreno e com visão, passado uns largos anos. Os urbanistas da pré-independência que a definiram fizeram um trabalho bastante interessante.¹⁷

A arquitectura neste país antes da independência era praticada pelo Gabinete de Urbanização Colonial, tendo sido interpretada como homogénea e um veículo de propaganda do Estado Novo. Tudo começou com mais intensidade na década de sessenta. Havia no entanto duas formas de fazer arquitectura, mostrando uma nova consciência sobre os “regionalismos africanos”, resultando também das reflexões dos profissionais fora do país. Com esta mudança criaram-se duas abordagens para alojamentos, uma que viria proporcionar habitações a todos os estratos da sociedade colonial, e outra destinada a alojar colonos europeus. As políticas coloniais de Portugal durante o Regime do Estado Novo incentivaram, a

¹⁷ Expresso, Portugal. (2013). O outro lado da riqueza moçambicana. [em linha]. Disponível em <http://expresso.sapo.pt/o-outro-lado-riqueza-mocambicana-entrevista-ao-arquiteto-jorge-forjaz=f803427> [Consultado em 17-04-2014].

partir da Segunda Guerra Mundial, uma grande e significativa emigração para os territórios africanos sob a alçada portuguesa. Não houve nitidamente uma preparação para esta chegada abundante de nova população, o que levou a uma visível carência de alojamento. Até à revolução de Abril de 1974, as políticas internacionais tinham vindo a desenvolver formação a nível da cultura arquitectónica, fazendo com que as culturas locais se tornassem mais permeáveis. Esta matéria faz com que se olhe primeiro para a “África Portuguesa”. Os arquitectos portugueses na altura acabaram por expor progressivamente nos seus desenhos, elementos que são totalmente inspirados nas construções tradicionais africanas, transpondo componentes que provam uma enorme permeabilidade cultural. A atitude destes arquitectos transmite-se principalmente na produção de habitações para habitantes locais, esboçando abordagens de diferentes regionalismos africanos.

Até à Segunda Guerra Mundial a maioria das habitações ou residências ocupadas pelos europeus na África subsariana (região correspondente do continente africano, a Sul do Deserto do Saara, países não pertencentes ao Norte de África), onde se localizavam os territórios coloniais portugueses, tinham uma arquitectura bastante próxima das casas tradicionais locais. Estas casas eram equiparadas às condições em que viviam também a população africana, ou seja, são bairros que apresentam condições de salubridade precárias. O esforço do Estado português em melhorar estas habitações era notório. No entanto, tinha como principal objectivo o alojamento dos funcionários públicos, uma vez que já no final da Guerra, as suas condições de habitabilidade enquadravam vários tipos de construção como, a palhota à moda indígena, a construção de taipa coberta a colmo, zinco ou telha e, por fim, a construção em blocos de argila seca. O acréscimo da população de funcionários públicos deslocados nesta década era tão grande, em especial em Moçambique, que veio acelerar o processo da construção da habitação, tentando otimizar todos os recursos existentes no país. Começaram por distinguir a zona de produção e a zona de acolhimento para funcionários públicos, distribuídos por sector de vários tipos de actividade como: saúde, poder judicial, administração e forças militares. A outra vertente era distribuir a habitação destinada a trabalhadores colonos ou às populações autóctones (população que é natural do território onde vive), mais tarde designadas como “economicamente débeis”.

O objectivo era sem dúvida estagnar o problema crescente da falta de alojamento. Começaram então por apostar na maior parte em residências unifamiliares inseridas em novos bairros, periféricos aos centros urbanos e inspirados na teoria da Cidade Jardim, promovendo-se conjuntos edificados de baixa densidade. As cidades jardins são um método novo criado particularmente, pelo urbanismo colonial moderno de matriz europeia. Portugal, e várias regiões de língua inglesa e francesa da zona equatorial, mostram um avanço neste sentido, agora em África. Tudo isto era derivado ao clima a que África possuía, um clima húmido e

quente na maioria em áreas tropicais. Fazia todo o sentido, criar estes “jardins”, mas também havia a desvantagem de ficar mais dispendioso.¹⁸

A casa portuguesa ultramarina surge primeiro em Angola, mas, numa primeira fase dá continuidade à ocupação territorial iniciada com a Primeira República (1910-1926). As opções estilísticas passam por fincar uma casa colonial de inspiração tradicional portuguesa. É aqui que surgem as primeiras notícias sobre as habitações denominadas como “casas ornamentadas em estilo português”.

Em 1940 é proposto um protótipo de uma casa de colono na secção colonial, da autoria do arquitecto Vasco Regaleira. Este surge na consequência da exposição do “Mundo Português”, inaugurada em Lisboa. Aqui, surge a necessidade de criar dois núcleos; um de aldeias portuguesas e outro de aldeias indígenas. Neste caso o que se imagina através das aldeias portuguesas cruza-se claramente com a proposta para os futuros colonos europeus em África. É assim que nasce o protótipo português, em que as casas do continente africano são bastante idênticas às existentes no sul de Portugal. A primeira habitação assim criada é a Casa da Regaleira.

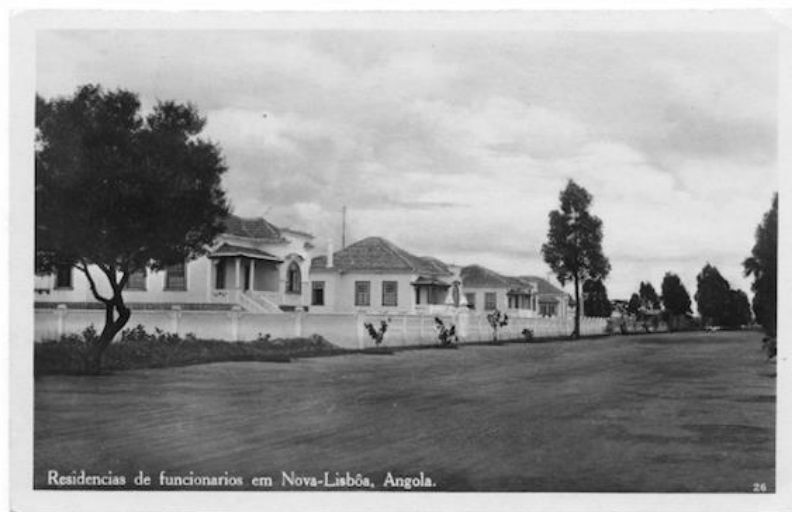


Figura 19. Residências de funcionários em Nova-Lisboa, Angola. [Bilhete postal, Edição de A. Filipe e Ca., Lda., Nova-Lisboa, s.d.].

Ao nível dos aldeamentos indígenas, a arquitectura é de todo bastante diferente. Ainda existe um primitivismo figurativo que é associado à reprodução da “cubata”, figura que se

¹⁸ Carneiro, R de S. (1941). *Projecto de diploma legislativo elaborado pelo governo de moçambique com o objectivo de promover a construção de casas económicas nos centros urbanos de referida colónia, à Direcção Geral da Fazenda das Colónias*, 17 de Junho [Processo nº 53191 - 1, Colónia de Moçambique, Moradias para Funcionários Públicos- Pessoal da missão].

assemelha à experiência colonial que inúmeros portugueses vivem desde o final dos anos oitocentos. É uma construção tipicamente africana, as chamadas “casas de palha”, ou “palhotas”, sempre associadas ao continente e povo africano.

Para mudar o rumo destas diferenciações os arquitectos do Gabinete de Urbanização Colonial, gabinete criado como sendo um núcleo de projecto urbano e de arquitectura, dependente do Ministério das Colónias e associado ao Estado Novo. Mais tarde passa a ser destinado como Gabinete de Urbanização do Ultramar (GUU), e ainda Direcção de Serviços de Urbanização e Habitações (DSUH)¹⁹ que ajudam a definir tipologias habitacionais de acordo com o perfil das populações a que finalmente se destinam. Estas tipologias vêm ajudar na resolução de inúmeros problemas, principalmente nas casas nos trópicos. Auxiliam nos problemas em caso de situações geográficas e climatéricas mais específicas. Estas especificidades giram em torno por exemplo, da necessidade de criar, ou não, varandas exteriores, conforme as condições climatéricas locais, entre outras especificações relativas às condições locais.²⁰

Mais uma vez o problema da habitação para africanos e para europeus é colocado em “cima da mesa”, perspectivando os materiais existentes e métodos de construção, a orientação, o custo, a estética, etc. É a partir deste momento que se estabelece, mais uma vez, a distinção entre programas residenciais para trabalhadores colonos, funcionários, (habitação unifamiliar e plurifamiliar), e também para “indígenas” (casas isoladas e blocos colectivos). Estes programas são primeiramente propostos através de projectos-tipo, verificando sempre a influência do clima como, a protecção do sol através de elementos de resguardo das fachadas, a refrigeração natural e artificial, etc. Destas ideias nasce o “portuguesismo africano”, permitindo aos portugueses uma consolidação dos seus próprios programas de habitação durante os anos cinquenta, adquirindo uma nova experiência a nível de estruturas funcionais, bem como de novos materiais construtivos.

No entanto, na maioria dos novos bairros o projecto continua a resultar de um reajustamento da casa colonial tradicional, com a inclinação fortemente marcada dos telhados, permitindo o arrefecimento e ventilação, a varanda exterior com coberturas até aos vãos etc.

¹⁹ Carneiro, R de S. (1950). *Custo da Moradia tipo C* [informação nº 3/50], Oliveira, Mário, *Projecto de Moradia - 3 Quartos*, Junta de Exportação do Algodão Colonial, Trabalho 257. Lisboa: Ministério das Colónias.

²⁰ Carneiro, R de S. (1950). *Custo da Moradia tipo C* [informação nº 3/50], Oliveira, Mário, *Projecto de Moradia - 3 Quartos*, Junta de Exportação do Algodão Colonial, Trabalho 257. Lisboa: Ministério das Colónias, Pág. 2.

Novamente, por volta do ano de 1953 nasce um novo concurso, desta vez para o alojamento de famílias camponesas deslocadas do meio rural português, para os territórios ultramarinos, proposto por a Direcção Geral de Fomento do Ultramar. O objectivo, mais uma vez, era encontrar uma solução funcional e estética para a casa do colono português. É gerado o desenvolvimento de duas tipologias, sendo uma delas a composição rústica e outra a arquitectura tradicional, que se adapte na plenitude ao carácter e personalidade do colono. Muitos arquitectos já estavam familiarizados com este clima, procurando mesmo conseguir centrar-se numa imagem funcional. Toda a arquitectura vem, quase sempre da arquitectura portuguesa referida na altura, procurando a relação da área/conforto e o manuseamento dos elementos arquitectónicos tradicionais. Procura-se sempre identificar um estilo próprio com a metrópole, tendo presente contudo as singularidades africanas. O foco na casa portuguesa era enorme, era um símbolo que queriam propor e que ficasse bem explícito neste país, mas, atendendo a novas condições, novos materiais, com o intuito de ser considerada portuguesa ultramarina. Com tudo isto a casa tornou-se acolhedora, segura, fresca, destinada a colonos portugueses, pensando sempre no carácter dos mesmos e na sua relação com o meio envolvente. É claramente observada uma forte ligação entre Portugal e África, a nível afectivo, por via dos territórios ultramarinos.

A nível de projecto, as decisões são seguidas em função das exigências da economia. (Recorrendo ao nível de mão-de-obra etc.) Assim tornava-se mais acessível a existência de um abrigo para estes colonos, dando todas as condições e ofertas, sendo que também era uma óptima maneira de fazer com que estes se fixassem no país. Uma das novas políticas implementadas é a forte expressão moderna, que veio trazer, uma maior especificidade aos projectos que o Estado Português patrocinava. Assim, surge uma enorme alteração, inclusive, numa tipologia bastante específica como, a habitação destinada a militares logo no início da Guerra Colonial (Moçambique 1964). Os traços modernos referem-se por exemplo, à organização da Planta em L e o recurso a materiais locais. Estes projectos são desenvolvidos no âmbito da DSUH/DGOPC.



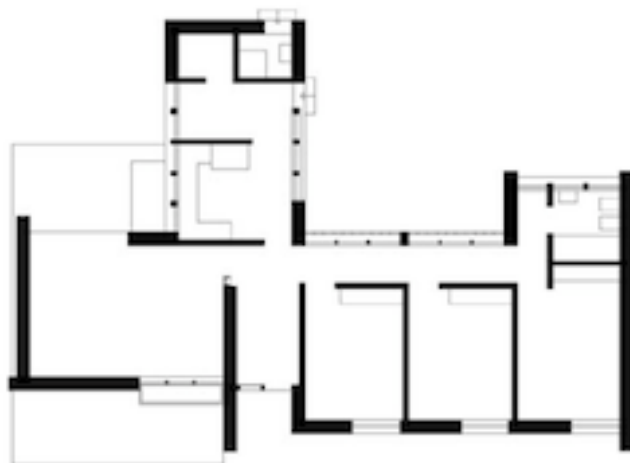


Figura 20/21. Estação Rádio Naval, Casa de Sargentos, António Saragga Seabra / DSUH-DGOPC, Mindelo, 1961.

A casa africana “moderna” surge do esquematismo da planta da casa autóctone com a racionalidade do pensamento moderno, o que encoraja os arquitectos gradualmente a tomarem consciência da sua existência. A partir deste facto todas as abordagens vão evoluindo, a partir do final da década de 50, com a introdução de novos materiais industriais e através da sua concepção. É elaborado um estudo que comprova que as casas ditas tradicionais, não oferecem qualquer tipo de protecção contra doenças. Aqui surge um movimento que lidera a vontade de regularizar os assentamentos locais, correspondendo a uma simplificação da residência tradicional, assente sobre um rectângulo e com varanda exterior.

Este elemento fica regularizado como um novo componente que se assemelha, sendo usado pelo povo europeu, mas também, com novos métodos e modos de vida introduzidos, como por exemplo através das vivências ocidentais, o uso “quase” que obrigatório de mobiliário no interior das habitações. Optando por um desenho mais orgânico surgem três tipologias diferentes: as casas isoladas, as geminadas e em banda, que são geradas a partir de um módulo quadrangular com cerca de oito metros de largura em planta, com quatro compartimentos e corredor axial, circundando claramente pela introdução da varanda e com cobertura de quatro águas. É assim que se tenta introduzir um novo esquema de funcionamento das casas tradicionais. Para os países africanos tudo gira em torno da evolução da habitação. Assim a evolução habitacional vai surgindo a diferentes ritmos, à medida que o processo cultural e económico se vai desenvolvendo. Se nada avançar, aí as habitações permanecerão quase sempre no mesmo patamar, subsistindo sempre o uso das palhotas, propícias à existência de doenças e da estagnação da cultura. O choque das ideias ditas modernas, com a clara arquitectura tradicional torna-se geral.

É no território guineense que, com a guerra colonial, se dá o início da implementação de uma casa-tipo, com planta rectangular, desenvolvida pelo exército, e mais tarde “transferida” para Moçambique. Houve de novo a inspiração gerada através da casa autóctone, privilegiando a madeira, recorrendo a alguns elementos já fabricados como, portas e janelas, mas que, com alguma evolução, estas, são elevadas sobre estacas, sendo que o acesso se faz através da tão eleita varanda. Desta maneira, as habitações são produzidas de modo quando houver necessidade, possam acrescentar-se novos módulos, de forma pragmática.

A década de setenta é contudo uma década de elevada introdução de novas tecnologias e alterações dos sistemas construtivos.

Capítulo 3

Educação e Pedagogia em Moçambique

3.1 Início da escolaridade em Moçambique

Quando se fala no início da escolaridade moçambicana, afirma-se seguramente que tudo começou durante o período colonial. Embora todos os documentos existentes remontem a esta data, estes foram anos de muita luta por parte de toda a população, luta pela sua emancipação, mas também pelo direito à instrução. Se bem, que nem todos os problemas actuais possam ser explicados pelo passado colonial, este é o ponto de partida para entender a complexidade da realidade histórica deste país. Questionamos a política, os desafios que o povo moçambicano teve de tentar superar, o dia-a-dia, a construção etc. O principal objectivo deste tema é apresentar como se desenvolveu o início da escolaridade neste país. A educação, para a população negra, era contudo bastante incrédula e absurda.

Os colonizadores dos países africanos apenas se preocupavam, em obter a riqueza que o país tinha para dar, ou seja, não se preocupavam com a educação dos nativos. O governo português tinha várias ideias a cumprir com a educação dos “negros”. As várias figuras do governo achavam que a educação serviria apenas para povos “bárbaros”, que os “negros” não tinham capacidade de estudar, nem de aprender, visto que serviriam apenas para o trabalho manual, no campo. Praticar as habilidades de uma profissão manual era o suficiente, aproveitando o trabalho que era executado nas explorações provincianas. Estes eram de facto os valores que tentavam inculcar durante este período, eram apenas interesses os interesses económicos que orientavam e faziam evoluir o chamado sistema de ensino nas colónias.

O primeiro sinal de educação para os moçambicanos deu-se por volta do ano de 1940. Houve uma resposta, tendo em conta os objectivos da colonização e, sob o estímulo do Estado Novo, foram criadas certo tipo de instituições organizadas. Foi assinado entre a Santa-fé e a República o “Acordo Missionário”, no qual as missões eram consideradas “corporações missionárias ou religiosas” com a tarefa de preparar futuros trabalhadores rurais e artificies ou artesãos para a produção. No ano de 1941, precisamente um ano depois, foi assinado o Estatuto Missionário, sobre o acordo referido que defendia que as missões católicas portuguesas eram consideradas instituições de utilidade imperial e de sentido eminente civilizador.

O ensino para o povo local tinha de obedecer a uma certa regra, que se restringia à orientação doutrinária estabelecida pela Constituição Política. Havia orientações a seguir tais como: a nacionalização e moralização dos indígenas, juntamente com a aquisição de hábitos e aptidões de trabalho; a novidade da convivência e uma harmonia saudável entre os sexos; condições e conveniências das economias regionais; preparação de futuros trabalhadores rurais etc.

O racismo estava presente em todos os organismos locais, discriminando sobretudo, a educação e o sector de ensino.²¹

A divisão social do trabalho era evidente na diferença marcada entre as raças. Fez opor colonizados e colonizadores, e fez também, com que a vontade e o desenvolvimento de uns prejudicasse e transformasse a negação de outros. O estudo do período colonial dá a entender as escolhas, efectuadas pelo governo moçambicano depois da independência e da Frelimo, nos anos de luta da libertação nacional. Esta mudança cria uma resistência às transformações, podendo ser compreendida como a tal contradição entre colonizados e colonizadores se revelou no campo da educação, gerando o conflito e a incompatibilidade da “educação através do trabalho e educação através do não- trabalho”, bem como mais tarde a contradição ente a “escola e não-escola”.

Analisando o sistema entre “escola e não-escola”, na formação social e colonial que se constituiu em Moçambique, constata-se que apenas existia a possibilidade de formação para uma classe ínfima da população. Só mesmo a partir do ano de libertação e transformação deste país (de sentido capitalista), surgiu a necessidade de lançar finalmente apoios para uma unidade escolar portuguesa. Contudo, neste mesmo ano, o sistema educativo cobria pouco mais de meio milhão de alunos, para uma população de dez milhões de habitantes. A taxa de analfabetismo, com estes dados, era preocupante, rondando assim pelos 94%. A escola nasceu neste país, como uma instituição educativa, tendo como função albergar apenas uma espécie de “elite local”, separando assim o trabalho manual do trabalho intelectual.²² Todo o projecto colonial pedia especial atenção para que a população fosse homogénea, visto que a mesma era bastante heterogénea, a nível cultural mas também a nível social e económico. Surgiu assim a escola, baseada na educação do “não-trabalho”, separada da sociedade e da produção, abrangendo mais uma vez a classe dominante do país. Contudo, os trabalhadores moçambicanos eram de trabalho fácil, eram sobretudo indicados

²¹ Jornal Macua de Moçambique - Moçambique para todos (2003). A Educação Colonial de 1930 a 1974. [em linha]. Disponível em <http://www.macua.org/livros/Aeducacaocolonialde1930a1974.htm> [Consultado em 1-05-2014].

²² Gonçalves de Moraes e Castro, A. A (1927). *As Colónias Portuguesas*, Porto, Ed. Companhia portuguesa, Pág. 22-24.

para o trabalho manual de baixo custo, sendo explorados no próprio país e excluídos do direito à educação. Esta “não-escola” era caracterizada pela união entre a educação e o trabalho, servindo para todas as idades. Era uma educação chamada também de tradicional, ligada aos rituais a que, sempre foram habituados na formação de uma comunidade. Esta contradição era enorme, visto ser contrária à da escola dos colonos. Estes nativos eram claramente separados, postos em escolas diferentes, “pretos e brancos” não se poderiam “cruzar”.

A “escola de não-trabalho e a escola de trabalho” surgiu, devido ao facto da intervenção do exército e da administração colonial. A administração expulsava os camponeses das melhores terras que possuíam, obrigando-os a um trabalho forçado nas plantações das companhias monopolistas instaladas no território. Eram particularmente forçados a trabalhos duros, deixando de poder organizar as suas vidas, bem como as suas propriedades e rendimentos de terras. Apenas nos anos trinta, no tempo de Salazar, voltou a tentativa de criar um sistema de educação para o povo “indígena”. A escola para os moçambicanos destinava-se mais à dependência de ideologias culturais de mão-de-obra, do que à formação técnica e profissional. Era mais simples implementar o *chibalo* (trabalho forçado), do que um trabalho de concordância entre todos. O ensino da leitura, escrita e os princípios mais básicos de uma profissão, tornavam-se numa obediência que ensinava o desprezo pelas tradições locais e a aceitação de uma forma nada crítica de tudo o que viesse da metrópole. Todos tinham de obedecer e respeitar a hierarquia correspondente a cada classe. Os “pretos” como assim eram chamados, tinham inúmeros adjectivos que os caracterizavam perante os colonos, como: preguiçosos, com certa incapacidade de raciocínio tanto abstracto como científico; os cidadãos negros eram claramente classificados como pueril (inútil).



Figura 22. Missão em Lourenço Marques, dirigida por padres, trabalho para indígenas, 1929.

O sistema escolar era bastante diverso para ambas as raças. A escola para o *homo sapiens* era branca, urbana, laica, cultivava o pensamento, as ciências, o “saber dizer” em vez do “saber fazer”. Em contrapartida a escola para o “preto”, *homo faber*, trabalhador manual, rural, era um ensino onde a religião e a prática eram essenciais. Ambas as orientações traçavam a personalidade dos seus alunos, privando-os de alguns desenvolvimentos que integrasse certo tipo de pensamentos e acções. A cor da pele era fundamental para ser determinado inferior ou superior, em certo tipo de trabalhos ou ideologias.



Figura 23. Missão em Lourenço Marques, dirigida por padres, ensinando os indígenas a trabalhar, 1929.

O estado colonial pretendia que existisse um sistema educativo dualístico, ou seja, que tem dois princípios que são absolutamente necessários, que exprimem as contradições da formação social moçambicana. Todo o governo insistia em manter a formação da classe dominante, através da gestão de *escolas oficiais*. Estas apenas tinham estudantes de cor branca, eram escolas urbanas, escolas de “não trabalho”, que tinham meios e edifícios bastante melhores do que as escolas rurais, apenas destinadas à outra população, negra. Era uma educação que se baseava em função dos estudantes de língua materna portuguesa que pertencessem a um ambiente social, económico e cultural abastado. Os liceus eram construídos onde existisse maior população de colonos brancos, mas as escolas técnicas eram distribuídas de uma forma bastante mais homogénea por todo o país. Aqui também aceitavam, em poucos números, estudantes negros. Aqui o “Estatuto Missionário” veio de certa forma implementar novos regulamentos. Ou seja, em relação aos colonizados, o Estado mantinha para si a função de denominação directa e exercitava-a através da força, delegando na igreja católica a tudo o que tinha a ver com a cultura. Com a legislação escolar que ocorreu através do Estatuto, em 1941, o governo português dava como nome a “nacionalização perfeita”, o que significa que a escola deveria ensinar ao indígena que Moçambique era parte de Portugal, considerado como a “pátria”. O ensino do indígena

deveria ser essencialmente *nacionalista e prático*, o que era mais um obstáculo à educação para os negros. Se para os brancos filhos dos colonos, o direito à educação era um percurso escolar com 11 anos (4 de escola primária e 7 de liceu), para os negros tinha de ser de 14 anos. Estes tinham mais 3 anos de preparação antes do ciclo primário, o chamado “ensino de adaptação”, ou “ensino rudimentar”. Era claramente mais um impedimento a toda a população de cor deste país, um país que lhes pertencia, o “seu” país.

O ensino que criaram para os moçambicanos, os tais anos de “adaptação”, era como que um jardim-de-infância português. Servia para familiarizar as crianças negras com a língua portuguesa, produzindo também procedimentos de ensino como a literatura, a escrita e o cálculo. Assim, estes meninos estariam aptos para o início da chamada escola primária. O principal objectivo, era que os meninos africanos estivessem ao mesmo nível dos meninos portugueses. Apesar de muitas crianças estarem aptas e, ao mesmo nível dos portugueses, se estes fossem filhos de mulatos e ou asiáticos, eram na mesma totalmente obrigados a frequentar tal ensino. “... Dado que os 13 anos são o limite máximo para se poder ser admitido na escola primária, um grande número de crianças fica de fora.”²³ Eduardo Mondlane referia que a entrada para a escola primária das crianças africanas, tinha claramente um atraso devido a dois grandes factores existentes no país. Um dos mesmos era o facto da organização de trabalho de uma família moçambicana, que contava com a ajuda das crianças entre os 7 e os 12 anos de idade, que ajudavam os pais na pastorícia. Por volta, dos 12 anos as crianças eram normalmente substituídas por irmãos mais novos, dando a oportunidade ao mais velho de frequentar pela primeira vez a escola. Outro grande aspecto era o elevado número reparações na escola primária. Um dos factores destas reparações, é que o ensino era apresentado em português, na maior parte uma língua estranha à grande parte das crianças de Moçambique. Sendo assim é normal que todas as crianças deste país não frequentassem a escola no prazo estabelecido, visto que chegavam bastante tarde. Tais condições e a repetição de ano uma vez que seja, antes dos 12, 14 anos torna-se impossível o acesso à escola. Com esta realidade, os seminários eram a grande esperança para estes jovens, porque representavam, de certa forma a única hipótese de poderem continuar os estudos depois da escola primária. Foi precisamente através destes seminários que se formaram a maior parte dos dirigentes actuais da cidade de Maputo. Houve a tentativa de mudar a diferenciação da educação entre “brancos e pretos” na cidade, contudo, esta mudança era vista como uma alteração de fachada. O sistema educativo colonial foi objecto de várias modificações ao longo dos tempos, substancialmente no ano de 1964. Existiram várias iniciativas para melhorar esta imagem real, criada pela colonização portuguesa. Mais tarde, este movimento era visto como uma “não mudança” criada para iludir a população, porque, claramente, nada se alterou em relação à instrução.

²³ Mondlane. E, *op.cit.*, (edição portuguesa), Pág. 62. [Consultado em 29-04-2014].

Contudo, as escolas frequentadas pelos moçambicanos, orientadas pelas Escolas Missionárias continuavam a ter como principal plano o trabalho manual. Enquanto uma classe estudava, as outras dedicavam-se inteiramente ao trabalho do campo, existindo sempre um orador que os comandava nessas mesmas tarefas. Todo o trabalho que era feito, e toda a colheita que era retirada dos campos era vendida. Estes alunos ficavam sem qualquer tipo de rendimento. Por vezes era distribuído um saco de arroz pelos rapazes e pelas raparigas como forma de agradecimento, era-lhes fornecido alguma roupa e até mesmo uma manta, mas, nada mais. Eram os próprios estudantes que tinham de comprar todo o material escolar. A produção dos alunos serviria para a sua própria alimentação, e para a do pessoal que lá se encontrava. O restante era mais uma vez vendido servindo para as contas que contribuía para as finanças das escolas que se encontravam. Não existia apoios por parte do estado às Escolas Missionárias.²⁴

O desejo de toda a população era que, depois da independência, tudo fosse diferente. Superar o passado doloroso, com todo o sofrimento era o mais desejado. Mudar aspectos do sistema escolar colonial, era um outro bastante mais difícil, mas não menos ambicionado. A maior parte das vezes os filhos dos camponeses e artesãos, depois de toda a luta, dedicação e esforço, de terem estudado e pago com o seu trabalho os seus estudos, iam trabalhar como “pides” (informadores da polícia política), “capatazes” (supervisores de produção), “sipaios” (auxiliares da polícia), intérpretes ou padres, sem a sua própria escolha ou decisão. Os jovens moçambicanos que estudavam e produziam ao mesmo tempo estavam, claramente “perdidos” para o seu povo. O “assimilado” assemelhava-se ao colono, ele tinha absorvido a cultura e tornara-se funcionário do estado e da ideologia colonial. Muitos jovens tornaram-se descontentes com esta atitude do governo, mas há que reconhecer que a escola missionária teve mérito de introduzir a produção na escola. Contudo, esta medida era considerada como acto de discriminação, uma vez que só dizia respeito à população negra. O ensino missionário revelava-se também discriminatório em relação aos estudantes, havendo os que pagavam as propinas e os que não pagavam. No sistema colonial escolar só produziam os alunos negros e, entre esses, só os negros mais pobres. Havia um antagonismo claro entre a *escola e a não-escola*, e o *trabalho e não-trabalho*, conforme a população branca ou negra. A mudança tardava.

²⁴ Mondlane. E, *op.cit* e Hedges David, *Características do Colonial fascismo em Moçambique: Ideologia*, Maputo, 1982, Ed. Fascículo. [Consultado em 7-05-2014].

3.2 Evolução escolar moçambicana

Referente à evolução escolar moçambicana, tudo é iniciado através das “zonas libertadas” pela Frelimo, antes da independência. Se por um lado a escola colonial defendia a difusão de uma cultura estranha e oposta à realidade local, e a criação de um extracto de “assimilados”, por outro lado, a mesma produzia as contradições que levariam à sua destruição. A cultura colonial e a organização política económica e social dos territórios do ultramar entravam efectivamente em confronto com as necessidades e os interesses dos jovens moçambicanos que verdadeiramente tinham conseguido atingir um certo tipo de estudos. Era um regime que concebia promessas de igualdade e de democratização, com as quais o governo queria ganhar credibilidade nas próprias colónias e também no estrangeiro. Foi assim que nasceu nos anos 50, por volta de 1962 a frente de Libertação de Moçambique. Esta gerou uma “guerra de libertação nacional” retirando o domínio português de uma forma gradual a certo tipo de regiões. Estas “zonas libertadas” são consideradas a ampliação do território, que ia sendo definido com as questões quanto ao modo de libertação, de quem iria gerir o novo poder, com que finalidade e com que métodos o iria fazer. É já no final dos anos 60 que a linha considerada “revolucionária”, representada entre outros pelo presidente da Frelimo, Eduardo Mondlane e por Samora Machel defende uma concepção em que a guerra de libertação era visivelmente parte de uma “estratégia total” de autonomização social.



Figura 24. Samora Machel, 1º Presidente após a Independência Moçambicana, 1975.

No programa que a Frelimo queria propor existia uma espécie de “revolução democrática e popular” no campo político e militar mas também quanto à transformação da economia e da sociedade civil. Este partido defendia, ao contrário de outros movimentos africanos, que a opressão colonial seria substituída. No entanto, se a libertação política e militar não fosse acompanhada por uma libertação económica e cultural. É através deste

conceito que provém uma grande importância ligada à elaboração de uma nova cultura, mas sobretudo à realização de uma novo sistema de educação.

O estudo e o trabalho assentes na ideologia da Frelimo e na idealização educativa de Samora Machel eram idênticos, o que veio a trazer a união de ambas. Defendiam que todo o desenvolvimento era uma luta clara, entre diversos planos como o económico, o militar, o político e o cultural, bastante necessários para o antes e o depois da tomada do novo poder. Criar uma nova ideologia, como parte de uma cultura igualmente nova, e uma maneira diferente de pensar e agir, eram os ingredientes fundamentais para ser tornada numa força intensa. Tentando fazer com que o povo derrubasse o pensamento antigo e executasse esta nova sociedade por que todos ansiavam.²⁵ Machel sempre “seguiu” as palavras entusiastas de Lenine e considerava a renovação imprescindível para um novo projecto de desenvolvimento. Os problemas existentes no país deviam ser claramente mudados. É certo que a população e até mesmo o governo esperava por essa mudança, mas apenas quando Moçambique alcançasse a tão desejada independência. É claro que, quando mais cedo melhor, e assim foi, Machel estava a tentar mudar todas as tendências menos boas entre as raças, tribos, o estudo e o trabalho, alunos e professores, trabalho manual e trabalho intelectual etc. As principais escolhas para a mudança reunia-se por exemplo no exército. Estes tinham de combater, mas também saber educar e produzir. A escola era a “base a partir de qual o povo toma poder”, e propunha a separação das fendas criadas pela divisão capitalista do trabalho, ligando o estudo à produção, integrando-se na comunidade. Ao mesmo tempo, pedia-se aos professores e alunos das escolas das “zonas libertadas”, produtores, combatentes, e militantes empenhados na concretização da democracia no ensino. Isto facilitava em muito, certos aspectos para a comunidade, visto que existia uma ajuda mútua. A cooperação entre docentes e alunos, a gestão da escola, a ligação teórico-prática, eram temas que interessavam bastante a Samora Machel, o que fazia com que enfrentasse directamente os estudantes e professores. Afirmava também que quer antes, quer depois da libertação, da independência tudo dependia da capacidade de transformar uma “consciência atrasada” (em relação às transformações políticas, mas também em relação às diferenças culturais, em contraste coma nova direcção). A ideologia da Frelimo coloca-se no interior da tradição filosófica, do materialismo histórico e dialéctico, considerando o trabalho como actividade criativa e essência da natureza humana. *“Para muitos o trabalho surge como um rito, uma necessidade, alguma coisa que somos obrigados a fazer para comermos e vestir-nos. É evidente que a produção deve satisfazer as nossas necessidades biológicas fundamentais, mas ela é necessária para nos libertamos da miséria, necessária para conhecermos, dominarmos e utilizarmos a natureza [...]. A produção na zona do inimigo significa exploração, enquanto a produção na nossa zona liberta o homem. Estamos a falar da mesma enxada, do mesmo homem, do mesmo gesto de abrir*

²⁵ Ferreira, Manuel, E, *O ponto e o rumo do ensino ultramarino*, Ed. Lello, Porto 1973, pág.77 e 188. [Consultado em 7-05-2014].

*terra. Porquê, então, esta diferença? [...] Um camponês produz arroz na região de Gaza, mas para que serve sua produção? Para dar de comer e satisfazer as necessidades da sua família? Talvez, numa certa medida. Com a sua produção, ele sobretudo paga os impostos coloniais, impostos esses que financiam a polícia que o prende, o salário do administrador que o oprime, impostos para comprar as armas dos soldados que amanhã vão expulsar esse mesmo camponês da sua terra, impostos para pagar os transportes e a instalação de colonos que vão ocupar a terra do camponês. O camponês produz para pagar impostos e assim o seu trabalho financia a opressão da qual é vítima. [...] Ele necessita de muitas coisas que tem que ir comprar à loja. Para as poder comprar ele precisa de dinheiro, e o dinheiro não cai do céu. [...] Portanto vende os seus produtos por preços baixos e compra artigos por preços quatro ou cinco vezes mais altos. Com um saco de algodão podem ser fabricados muitos metros de tecido, muitas camisetas. Mas quando ele vende um saco de algodão, o dinheiro que recebe não chega para comprar uma camiseta. O nosso suor só traz benefícios ao comerciante, não a nós. [...] Estas são as formas menos cruéis de exploração. Há outras piores. Há a venda de trabalhadores nas minas [...]. Quem beneficia do trabalho não é quem trabalha, quem está a suar na terra, quem arrisca a vida nas minas [...]”.*²⁶

As escolas primárias das zonas libertadas, juntamente com a organização da alfabetização e da educação de adultos eram algumas das primeiras acções da Frelimo quando tinha a oportunidade de “libertar” alguma zona. Quando esta frente foi fundada, o seu programa consistia em “liquidar a educação e a cultura colonialista para desenvolver a instrução, a educação e a cultura ao serviço da libertação do povo moçambicano”.²⁷ Nesta zona, as escolas nasciam para transmitir uma nova maneira de pensar, agir, sentir, o que era estritamente necessário para reorganizar a produção e o consumo e, similarmente melhorar as condições presentes. Pela primeira vez os hábitos postos em causas eram discutidos, isto era dos principais motivos que bloqueavam a iniciativa e a criatividade deste povo. A junção dos vários tipos de conhecimento científicos, ainda que, por muito que fossem elementares permitiam a introdução de novos métodos de trabalho para aumentar a produção. Por outro lado, a expansão do conflito militar gerava a carência de dotar o exército popular de instrumentos como a leitura, o cálculo e claro, a escrita, indispensáveis na utilização de armamento moderno e na adopção de uma estratégia mais complexa. É normal que com toda esta necessidade de fazer crescer o país a nível da educação, a falta de escolas e sítios para o exercer era notória. Foi assim que se começou a criar algumas centenas de “escolas debaixo de árvores”. Era um processo relativamente fácil, ao invés de uma construção fixa, que seria

²⁶ Machel, Samora, *A nossa luta*, cit., Pág. 81[Consultado em 7-05-2014].

²⁷ Belchior, Dias M., *Evolução política do ensino em Moçambique*, in Moçambique, Curso de extensão Universitária, *Universidade Técnica, Instituto Superior de ciências Sociais e Políticas ultramarinas, Lisboa, 1964-65*, pág. 663. [Consultado em 7-05-2014].

mais facilmente atingida pelo inimigo. Estas escolas eram apelidadas de “centros piloto” visto que era através das mesmas que a população aprendia a fazer os mais variados trabalhos. A educação passava a ser vista como um processo intencional, organizado e sistemático. A carne para a sua alimentação provinha da criação de pequenos animais ou transversalmente da caça. Toda a população se entreatava mutuamente, qualquer que fosse o serviço. Trabalhava-se em condições difíceis neste tempo, mas também nos tempos de hoje. Os alunos tinham de inovar, não tinham nem livros, nem cadernos, ou seja, o método utilizado para o mesmo efeito era um simples “pedaço de madeira escura”.



Figura 25. “Escola de baixo de árvore”, Moçambique, 1975.

A experiência nas zonas libertadas na pós-independência deu-se em Setembro de 1974, mas foi em Junho de 1975 que Moçambique se tornava independente. A Frelimo começou a espalhar a sua superioridade em relação à política por todo o país. Samora Machel, Presidente da República, no discurso da sua tomada ao poder, indicava a experiência das zonas libertadas como grande fonte de inspiração para a estratégia de desenvolvimento do novo Estado. O mesmo citava: *“Ao definirmos uma estratégia de desenvolvimento, devemos valorizar o que constitui a nossa força principal, ou seja, a mobilização e a organização da população. Por este motivo temos que olhar para a nossa própria experiência, especialmente para a experiência das zonas libertadas. [...] Não devemos procurar soluções para os nossos problemas em paliativos milagrosos vindos do estrangeiro, mas devemos contar sobretudo com as nossas forças”*.²⁸

As zonas libertadas tinham até então atingido apenas cerca de 10% da população, números consideravelmente baixos. Nas zonas que ainda estavam sob custódia do exército

²⁸ Machel, Samora, *Discours de prise du pouvoir du Président de la République du Mozambique*, 25 Junho, 1975. [Consultado em 9-05-2014].

português até, à independência, em especial nas cidades, a supremacia cultural colonial ainda se encontrava presente e criava certas dificuldades ao programa do governo actual. Foi durante um período bastante alargado que a população tinha sido vítima das autoridades coloniais, obedecendo a todas as regras impostas, certas burocracias, sem a capacidade distinta de organizar as suas próprias vidas. Era contudo uma aprendizagem, a oportunidade de “ser livre”. Podiam confiar em si mesmos, no seu trabalho e também na sua produção. A Frelimo insistia na precisão de uma transformação profunda que levasse a ultrapassar a consciência imposta pelo colonialismo, fornecendo assim, certo tipo de conhecimentos e aptidões necessárias aos planos de desenvolvimento criados. Para que a transformação do sistema de educação colonial fosse bastante mais adequada, todo o tipo de organização tinha de ser melhor estruturado; ou seja, havia falta de técnicos e de pessoal qualificado nos diferentes sectores que este país precisava, para que existisse assim, uma melhoria notória que servisse para consolidar a independência e promover o desenvolvimento.

As mudanças no sistema mostravam uma grande disparidade ao nível escolar. Sabe-se então que existiam enormes diferenças que opunham a escolarização dos brancos à dos pretos, a dos rapazes e raparigas, as escolas e os professores das zonas rurais às dos centros urbanos etc. A rede escolar ainda continuava insuficiente, contribuindo mais uma vez para “expulsar” as pessoas do campo para a cidade. A maioria de toda a população moçambicana encontrava-se num ambiente rural, sendo que a Frelimo dava bastante ênfase à agricultura, considerando-a um suporte, e a indústria era empreendida como um enorme factor de dinamização. Nos primeiros anos de independência foram mudados alguns aspectos no sistema herdado, tentando evitar assim o colapso da única estrutura de formação de que o país dispunha. Passado um mês da tão esperada independência, finalmente deu-se a nacionalização das escolas, onde foram abolidos todo o tipo de ensino particular. A igreja, também não foi excepção à regra, sendo impedida de gerir instituições de formação e de ensino da própria religião nas escolas. Começou a ser dada grande importância à necessidade de estender as actividades produtivas às escolas para começar a ser aplicado o princípio do elo de ligação entre estudo-produção e teoria-prática.²⁹ O governo começou então a ser bastante mais prático, continuando a tentar impor o que desejava acerca da nova “lei” da educação. Foram retirados de circulação todo o tipo de livros que estivessem de uma maneira, ou de outra, ligados ao período colonial, em especial, o de português, geografia e história. Apesar de todo o empenho ligado à nova transformação das escolas neste país, a educação ainda se encontrava longe de ser bem concebida.

Se até 1983 a estrutura global do sistema de educação não sofreu grandes modificações, mas a partir daí foram-se assistindo a mudanças significativas. Um novo passo,

²⁹ Ministério da Educação e Cultura, *Sistemas da Educação em Moçambique*, cit., pág. 40. [Consultado em 21-04-2013].

foi a criação da Opae, (Organização Política e Administrativa das Escolas), mas também a nova gerência das escolas, estas começavam a ser administradas por uma direcção colectiva e não através do sistema individual. As estruturas colectivas dos alunos eram os “grupos de estudo” e a “turma”. Cada grupo era dirigido por um representante eleito. Cada conjunto de grupos de estudo constituía evidentemente uma turma, que era dirigida por um “concelho de turma”, e um professor escolhido pelos alunos como, o seu “director”. Era um método proposto que ainda hoje é usual em Moçambique. Muitos destes alunos tinham a oportunidade perfeita pela primeira vez, de se exprimirem e discutirem certo tipo de ideias, livremente. Propuseram também vários tipos de secções como a do desporto, cultura, saúde e higiene, problemas sociais etc. Muitos dos directores das escolas eram jovens, o que facilitava imenso a comunicação entre eles, e até mesmo a fácil resolução de certo tipo de questões. No início da criação da Opae, houve sem dúvida algumas dificuldades objectivas. O salário não era muito elevado, havia até outros trabalhos em que o salário era mais distinto e exigiam as mesmas habilitações. Para os professores era algo desmotivante, mas tinham todo o gosto em realizar as funções previstas pela nova organização escolar. Anos mais tarde, as medidas vieram a alterar-se mais uma vez, através do discurso do Primeiro-ministro, trazendo novas esperanças, para que a organização ficasse mais funcional e activa. Todavia, os planos não foram concretizados da maneira esperada. Assistiu-se a uma desocupação progressiva do poder de decisão e de representação dos estudantes e professores. Foi de novo, reintroduzida a direcção individual das escolas, ficando mais uma vez prejudicada, e sendo mais difícil formar uma nova mentalidade perante este povo. A burocracia estava sempre presente, e cada vez mais a afectar todas as propostas que ponderavam a mudança do país. A imaturidade do povo africano foi posta em causa, tirando a oportunidade aos estudantes de se expressarem na organização escolar, havia de novo um retrocesso.

A escola primária era o sector onde havia um maior crescimento da população escolar, depois da independência. Com o aumento da procura escolar, foi produzido um novo método. Este era um sistema de dois turnos, que duplicou a capacidade formativa do ciclo primário. Foram geradas várias centenas de escolas, algumas das quais também em terreno rural, em especial as chamadas “aldeias comunais”, (em terrenos comuns). Estas escolas eram praticamente iguais às que se encontravam na cidade, tinham objectivos, conteúdos e metodologias de ensino iguais. Foi neste tempo, que a escola se estendeu a uma população mais abrangente. Afinal, estas foram alargadas até às classes subalternas, mantendo porém, as suas características primárias. A nacionalização das escolas universalizou o controlo do sistema educativo por parte do Estado Novo, e trouxe a eliminação do dualismo que se encontrava em Moçambique, referindo-se sempre ao ensino. Nesta época houve também grandes mudanças em relação ao passado; se por um lado, se estudava a história de Portugal e se lia livros de autores portugueses, com toda esta tentativa de mudança, por outro optou-se por dar início ao estudo da história de Moçambique e estudar-se livros de autores moçambicanos, pondo de parte os clássicos portugueses. Sem dúvida, que isto contribuiu para

o desenvolvimento do sistema de educação do país que se tornava obstinado em regredir. Nas escolas rurais houve de novo um retrocesso. O tipo de educação que aí se realizava levava a pensar que a solução dos problemas das populações rurais como a fome, a nudez, a doença, se encontrava na cidade. Isto quebrava a tradição, evidentemente africana, de companheirismo na vida diária entre outros membros de um mesmo grupo social. Era um tipo de escola que não estava bem integrada no ambiente rural, apontando negativamente contra os planos elaborados pela Frelimo, entre outros pontos, a necessidade do progresso rural, para trilhar um novo caminho para sair da miséria. Todavia, a população urbana era sempre mais abonada que a população rural.³⁰



Figura 26. Escola em Nampula, Moçambique, 2006.

A formação dos professores também era um assunto a ser estudado, para o avanço de mentalidades e formação. Ainda persistia uma enorme falta de preparação dos mesmos, sendo esta outra grande falha no sistema escolar. Muitos deles, não se sentiam com aptidão suficiente para leccionar, dar a instrução necessária, realizar actividades produtivas e didácticas, uma vez que os próprios não tinham nenhuma formação para a desenvolver e fortalecer. Contudo, e passado alguns anos após a independência, o número de professores primários aumentou consideravelmente. Houve cursos de um ano para quem pretendesse ser professor primário, daí o tal aumento ser relevante. Claramente que um ano, era sem dúvida tempo insuficiente para conseguir adquirir tanto conhecimento, sendo que o Sistema Nacional de Educação ordenou que passassem a ser três. Eram cursos que davam formação profissional e “actividades de produção”, tendo como objectivo adoptar um corpo docente capaz de

³⁰ Ver A. Casal, *A Educação e as aldeias comunais*, fascículo policopiado, UEM, Maputo, 1979. [Consultado em 21-04-2014].

executar de forma dinâmica e edificativa na transformação das escolas e da sociedade empregada.

Durante o período colonial a formação de professores para as “escolas de negros” previa apenas o ensino da prática da agricultura, zootecnia e trabalhos rurais, mas no entanto era uma disciplina considerada como outra qualquer, sendo avaliada e tendo exame final. Estas aulas eram em alguns dias da semana, orientadas também por um técnico agrícola.³¹

A inovação do Sistema Nacional de Educação estendeu-se até meados de 1994, uma vez que ficou decidido que iriam existir sete anos de escola primária, seguidos de cinco de escola secundária (primeiro e segundo ciclo), que darão ingresso à universidade. Uma vez que o método antigo seriam onze anos de estudos. Esta nova lei do SNE definia como objectivo central: *“Estabelece como princípios que a educação é um direito e um dever de todos os cidadãos, um instrumento para reforçar o papel dirigente da classe operária e dos camponeses, um dos factores do desenvolvimento económico, social e cultural deste país”*.³²

Mesmo assim, todas estas tentativas de inovar as escolas rurais, parecia que não tinham uma lógica, ou melhor, não conseguiam a organização desejada para que a sua funcionalidade fosse a mais apropriada. A estrutura da escola tradicional tendeu a auto conservar-se e a sufocar as experiências que a tentavam tornar inovadoras. Um dos participantes a um curso para “responsáveis de produção escolar” realizado em Manica, no ano 1982, afirmava com base na sua própria experiência o seguinte: *“Na aldeia o aluno produz com o pai e com a mãe. Quando vai para a escola fica à espera que lhe digam o que tem que fazer. Quer produzir. Levanta-se às cinco da manhã, pega na enxada e vai para a horta. Mas quando vê que os professores e a direcção não fazem nada, ele também deixa de trabalhar. Ninguém dirige e ninguém trabalha. Encontra-se sozinho com os outros alunos e põe-se a brincar. Da vez seguinte já não vai. Quero contar isto porque não é verdade que os alunos não querem produzir. Eu vi que onde os professores trabalham os alunos também trabalham, porque o aluno imita. Em casa, imita os pais, e produz. Na escola imita os novos pais, os professores e a direcção, não produz e chega até a aprender a desvalorizar o trabalho. Quando volta para casa despreza o trabalho dos pais”*.³³ É um trabalho que não é

³¹ Centro de estudos africanos, *A formação do professor primário e a sua actuação no meio social*, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 1984. [Consultado em 10-06-2013].

³² Gabinete de Estudo e de Planificação, *Apontamentos de planificação da educação*, volume II, cap. V. [Consultado em 10-06-2013].

³³ Gaspeni, Lavinia, *Moçambique: Educação e Desenvolvimento Rural*. Entrevista ao Sr. Afonso, realizada durante o “II Curso de Formação de responsáveis dos Centros de Produção Escolar”. Instituto Agrário de Chimoio, Manica, Moçambique, Agosto de 1982. [Consultado em 10-06-2013].

valorizado pela parte da direcção e professores das escolas rurais. A matéria, “de livro na mão”, o saber ler e escrever, ainda são os critérios que mais importam independentemente das acções. Mas se tudo se interligasse como estava estruturado, havia métodos de ensino qualificáveis, tanto para o trabalho rural, mas sem esquecer o quão vantajoso é a matéria escolar propriamente dita. A união estudo-trabalho era de facto uma mais-valia para um país com tantos recursos, e com fáceis maneiras de ser exercido.

3.3 Arquitectura Escolar

Na segunda metade do século XX, o urbanismo e a arquitectura a nível público para Moçambique partem de Portugal, com projectos realizados em Lisboa para os territórios ultramarinos. A acção proposta para Moçambique seguia as linhas directrizes da arquitectura chamada portuguesa. É uma arquitectura tradicional, com uma visão mais convencional no que toca ao tema, “arquitECTURA e representação”, ligado sobretudo a edifícios de representação administrativa como, hospitais, escolas técnicas, liceus etc. Como referimos em capítulos anteriores, a cidade de Maputo tem vindo a crescer de forma bastante significativa, numa progressão mais organizada e regrada. O aglomerado de hierarquias é visível na cidade, sobretudo sob o espaço formal.

Referindo a história da arquitectura do Movimento Moderno deste país, é a história de uma arquitectura que viveu um regime ditatorial. A arquitectura escolar surge com o intuito de protagonizar a educação, pelo que, a construção escolar começará a fazer parte da mesma. Em 1936 dá-se uma reforma, que privilegia a educação moral ao serviço da família e do Estado, criado pelo Ministério da Educação a Mocidade Portuguesa, que terá um papel muito relevante na escola portuguesa e na sua arquitectura. Com uma aproximação do estilo moderno, simplesmente formal e superficial, os desenhos tendem a sofisticar-se, recorrendo à necessidade de encontrar uma “arquitECTURA de representação” oficial. Isto é, um desenho que incluía um misto entre a monumentalidade e o historicismo.³⁴

A construção em Moçambique é liderada por enormes edifícios, enormes, com grande impacto na cidade e, sobretudo, com grande valor religioso. Surgem em meados da década de 40 e 50. Assiste-se ao aprofundamento de programas particulares, associando-se a um sistema uniformizado “da representação”. Este sistema é facilmente reconhecido no Império Ultramarino. Existem certos constituintes que são directamente ligados ao espírito vivido em Moçambique, ainda que são advindos das execuções que definem a tal monumentalidade

³⁴ Tostões, Ana, *Cultura e Tecnologia na Arquitectura Moderna Portuguesa*. Dissertação para o grau de Doutor em Engenharia do Território. Lisboa: IST, 2002, Pág. 185-186. [Consultado em 1-06-2014].

expressa nas fachadas que resultam das formas volumétricas dos edifícios e com grande rigor simétrico.

Uma edificação específica, que entretanto começou a ser seguida como “modelo” é a Escola Secundária Josina Machel, o antigo Liceu Salazar que foi construído entre 1939-1943, pelo arquitecto José Costa e Silva, responsável pelas primeiras grandes escolas no país. Este servirá como protótipo, particularmente com as entradas amplas, juntamente com o pátio no meio que dá um ambiente majestoso à entrada da escola, com o uso das galerias interiores que eram adaptadas para uma distribuição que auxiliam ao nível da protecção solar e da pluviosidade que o país tem constantemente e ainda as galerias exteriores que serviam de pátio de recreio para os meninos. É aqui que surge a tal “arquitectura de representação” que se adapta perfeitamente aos trópicos. A regular distribuição dos vãos e as galerias abertas expondo-se como constituintes mais particulares dos alçados, procurando assim a evolução não só e apenas das exigências funcionais, como também das condições locais.³⁵

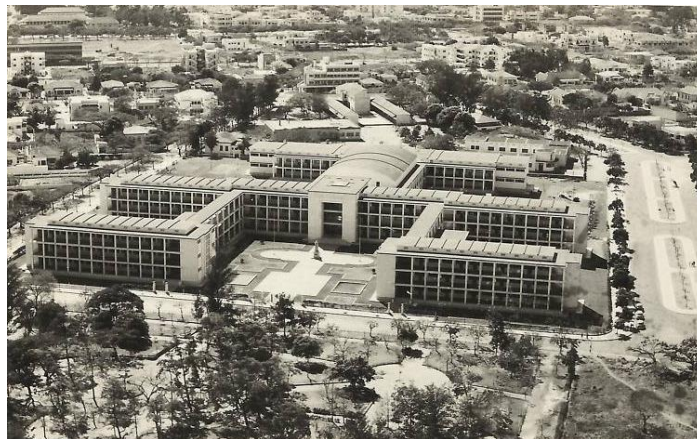


Figura 27. Liceu Salazar, actual escola Josina Machel, Moçambique, 1970.

“... Respira-se um ar de limpeza, entra a luz a jorros; parece que estamos na rua. E as salas sucedem-se claras, arejadas (...). Extensa área coberta, vastos corpos do edifício, salões de festas, salões de jogos, ginásio, salões de estar, biblioteca, piscina com dimensões olímpicas, balneários ricos de mármore, aparelhagem de ar condicionado, de filtração de água, de projecção de filmes, cenários para teatro, camarins, maquinaria própria para trabalhos manuais, tudo quanto de moderno se pode encontrar - garantia segura de que o Estado pensa na educação da sua juventude, no futuro dos filhos dos seus cidadãos.”³⁶

³⁵ Almeida, Luís, “A Instrução Pública em Moçambique”, 1928-1951”, Boletim Geral do Ultramar, nº 345, vol. XXIX, 1954, pág.16. [Consultado em 1-06-2014].

³⁶ “Inauguração do Liceu Salazar”. Boletim Geral do Ultramar, nº 329, vol. XXVII, 1952, Pág. 148-150. [Consultado em 1-06-2014].

Tudo isto marca uma reviravolta que não pode ser ignorada na história da construção escolar nas colónias africanas. A utilização dos novos materiais como o betão nomeia este tipo de construção com a modernidade. Mais do que isso, marca finalmente o começo de um exposição que pronuncia directamente a concepção arquitectónica com as condicionantes locais determinadas pelo clima: a arquitectura escolar, voltando-se para o exterior, vai gerar espaços, em particular as salas de aula, com compartimentos únicos entre fachadas opostas em contacto directo com o exterior. Nelas se vão abrir grandes vãos, permitindo a ventilação natural permanente e a entrada de uma iluminação bilateral. A construção será elevada 1m do solo para combater a humidade por ele transmitida e a concepção da cobertura, agora plana, conjugada com o declive necessário para o escoamento das águas, em betão armado e com uma caixa-de-ar intermédia totalmente ventilada.³⁷ Surge assim, mais uma vez uma arquitectura baseada no exagero da monumentalidade. No entanto, as exigências viram-se mais para a construção eficiente em climas tropicais, tendo sido repercutida nos anos que se seguiram.

Os postos escolares e escolas primárias eram bastante diferentes. Estas eram muito pobres em comparação aos primeiros liceus existentes. Eram apenas constituídas pelo pavimento, cobertura e paredes indispensáveis ao seu apoio e à protecção dos agentes atmosféricos, mantendo-se a meia altura as paredes viradas a Sul e a Norte. Não existiam portas nem janelas, deixando às entidades públicas a iniciativa de as completarem e melhorarem. Toda a diferença era notável, uma vez que os liceus tinham tudo do melhor sem qualquer tipo de esforço e, nestas entidades escolares eram até os alunos, que tinham de arranjar o recinto, com cobertura vegetal. O abastecimento estava incluído mas o abastecimento de rede eléctrica já não pertencia a estas escolas. A precariedade era notória. As escolas primárias eram um pouco mais ordenadas e com um conceito simples de uma implantação em “L”, dividida em dois pavilhões que abrigavam lugares distintos. Um centro de aulas e outro de serviços complementares, ligados apenas por uma galeria coberta, para a circulação da população escolar. Eram destinadas para agregados populacionais como as vilas ou cidades, sendo ainda com um nível económico bastante limitado.

³⁷ *Vieira, Caldas, João - op cit, pág. 17 (tradução livre), [Consultado em 1-06-2014].*



Figura 28. Escola primária completa Polana, Caniço A, Moçambique, 2013.

3.4 Ambiente Escolar e Educação no Bairro de Chamanculo C

Este capítulo é o começo da grande experiência por Moçambique.

Pois bem, tudo começou quando resolvi ir fazer voluntariado para Moçambique. Não sei esclarecer como tudo teve início, porque esta ideia sempre esteve comigo desde pequena, quando percebi que queria construir uma “casa para os meninos pobres em África”. É certo que no Verão de 2013 iria fazer voluntariado para Moçambique, país que escolhi. Dei início à minha aventura pelo Bairro de Chamanculo C, que já referi bastante em capítulos anteriores. O choque foi gigante. A pobreza expressa era muito maior do que alguma vez podia imaginar. Mais certo é que estava ali para concretizar o que sempre sonhei passando por obstáculos que ultrapassei.

Retomando o tema do ambiente escolar, o que consegui averiguar foi a tamanha falta de equipamento nas escolas. Ou seja, a nível das escolas primárias, não propriamente em Chamanculo C, mas noutra parte do tão grande bairro, as escolas são apenas constituídas por materiais locais rudimentares, com um custo de obra reduzido.

Uma das escolas que tive oportunidade de visitar, a escola mista do bairro, era composta por madeira, areia, o telhado era em chapa e as janelas apenas tinham a protecção em toda a volta, não existiam vidros, nem muitas vezes portas. Havia um quadro de xisto negro apenas para a professora/o escrever, e os meninos, estes, estavam sentados no chão, porque a falta de equipamento deste género, ou não havia de todo, ou só havia para alguns, os que chegassem primeiro às aulas (era um bom contributo para que as crianças chegassem a tempo, nem que fosse para ter a oportunidade de conseguir nesse mesmo dia uma cadeira e uma mesa). A capacidade de trabalhar com poucos recursos era simples para eles. Os livros eram emprestados e não havia para todos, muitas das vezes formavam-se em grupos para poder acompanhar a lição, com capulanas a servir de assento, no chão (nome que se dá a um pano tradicional em Moçambique, que normalmente é usado pelas mulheres servindo para as

mais variadas coisas, podendo servir de roupa, lenços para a cabeça, transporte para os filhos etc.).



Figura 29. Escola primária mista, Chamanculo D, Moçambique, 2013.



Figura 30. Meninos da Escola primária mista, Chamanculo D, Moçambique, 2013.

Alguns espaços escolares eram melhor que outros, tudo dependia dos salários dos pais. As escolas que possuíam uniforme eram nitidamente as melhores, as paredes já eram de cimento, sendo a sua infra-estrutura mais forte, mas ainda não suficiente. A comunidade escolar não tinha acesso a água canalizada, existindo a maior parte das vezes um furo em que era permitida a tiragem de água, que mesmo não sendo própria para consumo, era para lavar alimentos etc.

As condições de saneamento são igualmente precárias, porque, para além de não existir qualquer tipo de rede de saneamento, com excepção da área urbana, as escolas não possuíam qualquer tipo de casa de banho. O que havia era apenas uma latrina, ou algumas, que davam para quase todas as crianças. O índice de pobreza era altíssimo, isso reflectia-se

visivelmente nas escolas. Os meninos que usufruíam do uniforme usavam-no diariamente, ou seja, cinco dias por semana. Os que não usavam andavam com a mesma roupa quase todos os dias. Constatei que mesmo que as alterassem, estas eram quase sempre as mesmas, de semana para semana. Roupa rota, descosida, imunda, nada interessava para estas crianças, pois a sua felicidade era contagiosa.

As aulas em si são leccionadas de uma forma um pouco confusa. Na generalidade as crianças são bastante irrequietas, não prestam grande atenção e a maioria quer apenas brincadeira. Falo da educação das crianças nas escolas de todo o bairro de Chamanculo, inclusive as mais pobres. Pude observar nas instituições que tive oportunidade de conhecer que as crianças são muitas, apenas para um professor. A desordem é uma constante e a dificuldade em leccionar igualmente. Tudo começa por volta das sete horas da manhã quando os meninos chegam ao estabelecimento escolar. A maioria das vezes as crianças “organizavam-se” dentro das salas, esperando que o professor chegasse, e tinham como obrigação cumprimentá-lo sempre da mesma maneira, dizendo “bom dia senhor professor”. Era assim que eram ensinadas. Estas crianças cumprimentavam sempre de maneiras semelhantes, novas pessoas que estariam a “visitar” as suas aulas, fazendo inclusive o mesmo comigo e com um grupo de voluntários. Ficavam claramente excitados sempre que “alguém novo os visitava, ainda mais gente branca, como nós”. Cantavam, com a sua timidez inicial, mas pouco depois tudo passava, criando laços connosco, como se todos nos conhecêssemos de há longo tempo.



Figura 31. Condições existentes dentro das salas de aula da Escola primária mista, Chamanculo D, Moçambique, 2013.

Comprovei que o ensino é totalmente diferente do nosso, as crianças pedem desorganizadamente para intervir, falam todos ao mesmo tempo o que prejudica em tanto o bom funcionamento das aulas. O professor segue as regras dos livros que tem em mãos, ensina, ajuda, mas são demasiadas crianças para as conseguir acompanhar a todas. A maior

parte dos meninos ficam com extrema dificuldade, devido às turmas serem bastante numerosas. Assim parecem ficar sem vontade de aprender porque crêem que já não conseguem. A instituição onde laborei prestava ajuda a essas crianças.



Figura 32. Asscodecha, “Associação comunitária para o Desenvolvimento de Chamanculo”, Chamanculo C, Moçambique, 2013.

A Asscodecha que significa “Associação Comunitária para o Desenvolvimento do Chamanculo” é uma organização que elabora e executa projectos de desenvolvimento comunitário, actuando no Bairro de Chamanculo “C”, desde 2001. A sua sede encontra-se precisamente no centro deste bairro, e os principais beneficiários são as famílias carenciadas e vulneráveis. Esta organização tem como principais objectivos o apoio à inserção de crianças órfãs, prestam auxílio de educação a crianças com dificuldades escolares, e até mesmo às que não conseguem ter qualquer rendimento escolar, ou seja, não sabem ler nem escrever, mas que frequentam a escola, educar ao nível da higiene sanitária, bem como tentar combater as várias lacunas existentes no que toca ao tema da Sida, ajudando com palestras e auxílio local às inúmeras pessoas que este bairro tem. O objectivo é ajudar a comunidade, exercendo solidariedade para com as famílias carentes, recorrendo a ajudas tanto privadas como públicas de modo a tentar satisfazer as necessidades mais importantes desta sociedade. Este bairro tem inúmeros problemas que devem ser solucionados, ou pelo menos começar a tentar solucioná-los o que já é um começo.

O analfabetismo principalmente nas mulheres, juntamente com o desemprego, são altíssimos. Aqui ainda está presente a ideia que todas as mulheres têm de ficar a cuidar das lides de suas casas, juntamente com a educação dos filhos. O desemprego dos jovens é notório, na maioria estes começam a dedicar-se ao álcool e às drogas, e as raparigas com a falta de dinheiro tendem a dedicar-se à prostituição. Estes são sem dúvida problemas a que a Asscodecha também tenta responder, criando cursos de formação profissional, que os deixe

aptos para, posteriormente arranjar trabalho e poder sair do mundo em que se encontram. É tudo um começo, que irá certamente demorar muito para tudo mudar são iniciativas que contribuem para criar um bairro melhor para esta comunidade ajudando na solução de alguns problemas.

Neste momento existem 420 pessoas a frequentar o curso de alfabetização os cursos são dados maioritariamente por funcionários da Asscodecha mas também por voluntários. Um dos programas abrange senhoras mais velhas, com as do Mercado do Fajardo que se mantém no local de trabalho enquanto recebem a formação, fazendo com que os funcionários ou voluntários se desloquem levando um enorme quadro de xisto. Existem 62 pessoas a fazer cursos de formação profissional, 200 crianças a receber apoio escolar, sendo que 100 estão inseridas no projecto de reforço escolar, ou seja, são cerca de 750 pessoas que beneficiam da ajuda deste grande centro.

As fontes de rendimento e financiamento desta organização são o Fundo dos Negócios Estrangeiros da Finlândia, através da organização denominada de Taksvarkk. Até ao ano de 2010 a associação era financiada pelo Núcleo do combate à Sida da Cidade de Maputo e pela ESSOR, uma organização não-governamental francesa.



Figura 33. Aula de Alfabetização para trabalhadoras do Mercado Fajardo Chamanculo C, Moçambique, 2013.

Uma das áreas em que trabalhei e me deu imensa satisfação foi a área do saneamento. Para além de trabalhar com os meninos da instituição fiz o projecto para novas latrinas, numa zona específica do bairro, que iria servir para cerca de quarenta pessoas, cerca de dez famílias. Foi uma excelente experiência, visto que nunca tinha tido oportunidade de executar um projecto de arquitectura. É certo que não foi um projecto muito difícil, visto que a comunidade não tem dinheiro, nem recursos para materiais. Tive então de tentar concretizar estas instalações da maneira mais prática, com recursos existentes no bairro, como areia, e chapa. O tijolo e o cimento ainda são materiais difíceis de alcançar, pois são bastante caros. A associação resolveu então, pedir ajuda ao fundo que

patrocina e auxilia a Asscodecha, para obter dinheiro para os materiais que faltavam para a concretização das latrinas. Isto foi sem dúvida a parte complicada do projecto, mas também muito reconfortante fazer os possíveis para que todos estes materiais pudessem chegar. Apresentei o projecto a um “género” de “Câmara Municipal do Bairro” para que o aprovasse, e ainda tive a oportunidade de o apresentar à representante da organização Taksvarkk, Fundo dos Negócios Estrangeiros da Finlândia.



Figura 34. Local de intervenção para proposta do projecto das instalações sanitárias no Bairro de Chamanculo C, Moçambique, 2013.

Um outro trabalho que elaborei, através dos meus ideais e de uma rapariga portuguesa que se encontrava a trabalhar no mesmo local, foi a angariação de dinheiro para começar a existir refeições na associação. Foi através das redes sociais, das fotografias que postávamos de todos os meninos, daquilo que vivíamos e experienciávamos no nosso dia-a-dia que conseguimos angariar cerca de 400 euros em dois meses. Traduzido na moeda local são cerca de 17 mil Meticais, ou seja, para a população é uma quantidade exorbitante de dinheiro. Foi uma vitória para nós, nos tempos que correm conseguir tanto dinheiro para um projecto que nós próprias tínhamos pensado e executado. Mais um objectivo conseguido. Finalmente estas crianças tinham pelo menos uma refeição quente por dia, visto que a maioria sentiria fome na totalidade do dia. Muitas delas apenas tinham o chamado mata - bicho (pequeno almoço) e pouco mais.

Esta foi uma das experiências mais enriquecedoras de toda a minha existência. A nível pessoal foi mais que gratificante poder ajudar estas crianças a terem pelo menos um carinho, um gesto, durante estes dois meses que passei em terras moçambicanas; esperando agora que consiga alcançar a etapa da construção deste Infantário Sustentável, tema principal desta dissertação, que abordaremos em seguida.



Figura 35/36/37. Meninos da Asscodecha Chamanculo C, Moçambique, 2013.

Capítulo 4

Memória Descritiva

4.1 Objectivo

A presente memória descritiva, bem como os elementos gráficos complementares constituem o projecto de um infantário, espaço escolar, em Chamanculo C, Moçambique. A metodologia deve estar de acordo com o programa específico, das características climáticas/geográficas do local, mas sobretudo, dos requisitos impostos para a criação do espaço pretendido. Assim, o principal objectivo é desenvolver uma análise aprofundada e uma avaliação objectiva e crítica, dos conjuntos de elementos que identificam a estratégia do projecto de arquitectura, ou seja, o conceito.

Pensar num espaço escolar, para Moçambique, sendo estudante e conhecendo os hábitos, culturas e necessidades do mesmo, permite alargar a visão e tentar superar muitas das dificuldades existentes no local. Ou seja, espaço escolar, um infantário, que abrange crianças desde o nascimento, até aos 6 anos de idade, possibilitando às crianças um local que os acolha durante o dia, em que na maioria das vezes se encontravam a deambular nas ruas do bairro.

O conceito arquitectónico, mais especialmente a organização que compõem o espaço escolar neste país, ajudaram a encontrar uma resposta aos novos padrões educacionais moçambicanos, mas também abrangendo o tema ambiental do bairro. Tudo isto contribuiu para desenvolver um certo tipo de espaços, sempre a pensar nas várias carências do local, pensando, sobretudo, em espaços atractivos, excedendo a expectativa de criar um “bem-estar” diferente do anterior. Garantir condições básicas para a sobrevivência de um ser humano, neste caso em especial das crianças indefesas, conseguir garantir um espaço em que o estímulo do trabalho e da aprendizagem da prática pedagógica seja conseguido, bem como “alargar os horizontes” do bairro criando também um bom funcionamento do mesmo, com um espaço novo envolvente para comunidade. O aspecto ambiental aqui também é importante salientando que o infantário garante baixos custos de gestão e de manutenção, existindo locais específicos para hortas com o intuito de criar, pelo menos uma a duas refeições às crianças que se encontrem a frequentar o espaço escolar.

Os espaços adequados para a prática de um ensino neste país, a nível de infantários propriamente ditos, é inexistente, ou seja, a ideia será criar e gerar uma “espécie” de

modelo expositivo para dar continuidade aos infantários no bairro, visto que as crianças são imensas e os espaços nulos. Será um tipo de ensino praticamente igual a uma escola primária, em que existem alguns professores para a transmissão de conhecimentos, ao nível de natureza exploratória, aprendizagem activa suportada por vários tipos de exercícios mentais e práticos, que servirão para o desenvolvimento da criança. Existe contudo, um programa formal, equipamentos necessários e apropriados às práticas de espaços lectivos, que criam um impacto significativo na ocorrência de melhores oportunidades de aprendizagem, mas sobretudo levando as crianças à prática activa nos projectos educacionais, levando-as a permanecer mais tempo no espaço escolar, encorajando-as a uma postura de aprendizagem maior. Com tudo isto, não é apenas o espaço interior que investe na “criação” destes meninos, mas também tem relevância o exterior, é de igual modo cuidado, visto que as crianças moçambicanas passam bastante mais tempo na rua a brincar do que em locais fechados. Ou seja, o espaço exterior é sim, um espaço criado a pensar no seu bem-estar, sempre a pensar no convívio escolar, com espaços sociais e de convívio, que funcionam também como lugares informais e de actividades extra curriculares.

O pretendido é, que o espaço escolar no seu todo estabeleça um elemento que vá de encontro sobretudo ao ambiente escolar de aprendizagem. Apesar deste programa se tratar de um exercício meramente académico, sem qualquer fim construtivo, mas com a esperança de um dia se vir a concretizar; esta proposta pretende responder aos desafios da educação num país que nos acolheu durante dois meses. Procura-se responder e encontrar respostas a uma construção diferente do habitual no que toca à educação. Ambicionamos que este local seja uma mais-valia para todos os meninos que se encontram no bairro, “perdidos” e “sem rumo” no que toca à educação. Vamos procurar responder às novas políticas de um infantário no Bairro de Chamanculo C, Moçambique.

4.2 Abordagem conceptual

A forma do projecto aqui explícito obteve-se através de uma corrente de procedimentos e ideias. Depois de um grande estudo, sobre todo o terreno e as suas proximidades, foi a vez de dar lugar ao estudo da sua forma, bem como da topografia existente, sendo esta bastante simples. O terreno surge então no meio de inúmeras “casas”, sem organização, sendo que o terreno é bastante amplo e linear para a proposta em questão. Tem uma forma considerada simples, sendo rectangular, ocupando um área completamente plana, sendo a única marca característica que o terreno assume. Como já tem sido dito anteriormente, é um bairro desorganizado, em que o único espaço livre é o campo de *Cape-Cape*, um antigo campo de futebol, que agora é utilizado apenas para as crianças do bairro se encontrarem e brincarem. É aqui que se irá desenvolver o projecto. A arquitectura do local é completamente diferente do que estamos habituados, havendo casas “amontoadas” em todo o lado, não respeitando os limites de terreno de cada família, nem propriamente das estradas

existentes. Os edifícios habitacionais são bastante parecidos entre si, não respeitando qualquer “tipo” de arquitectura, são habitações mínimas, com um ambiente para a saúde deplorável. Os alçados são diversificados, não podendo haver uma ligação entre o bairro e o projecto proposto. A diversidade de materiais não existe, é quase tudo elaborado da mesma maneira, sendo que o mais importante é claramente existir “uma habitação”, não sendo essencial a diversidade de materiais, mas acima de tudo, ter um tecto que lhes sirva de apoio. São chamadas casas tradicionais, com telhados de chapa, paredes revestidas de madeira, terra, chapa; o pavimento é mais uma vez de terra, existindo numa casa ou noutra panos que servem de “tapetes”. Os edifícios de serviços apresentam-se com melhor aspecto, sendo quase todos do tempo da Guerra Colonial, como o Hospital de Chamanculo C que visitámos. Aqui, os materiais já diferem, sendo utilizados os tijolos para as paredes e coberturas inclinadas em chapa metálica e telha.

Foi criado um antagonismo entre o existente e o edifício em desenvolvimento, visto que o objectivo do projecto seria inovar, e não criar algo semelhante com as condições actuais; lembrando sempre a origem, projectando algo que seria possível de concretizar e elaborar num futuro próximo. Esta realidade criada, faz com que exista uma liberdade e maleabilidade perante o novo edifício escolar, em simultâneo, e nunca esquecendo a racionalidade imposta no bairro, arriscando sempre novas propostas. A oposição, o contraste, o ritmo criado entre o confronto e a monotonia do local eram bastante relevantes para o projecto; bem como, a luz, a sombra, o interior e exterior do próprio edifício.

O espaço escolar é mais que uma simples sala de aula, mas sim a troca de conhecimentos entre professores e alunos através das suas experiências vividas. É um espaço que toca ao desenvolvimento de novos caminhos e rumos de vida, onde se desenvolvem processos de construção das crianças, neste caso, mas sobretudo onde se aprende a viver autonomamente alargando sempre conhecimentos e albergando novos sonhos. É isto que Moçambique, e o Bairro de Chamanculo necessitam, visto que a realidade é outra, a escolaridade é bastante diminuta perante as crianças. Muitas optam por não ir à escola, não são obrigados, andam muitas vezes ao abandono correndo riscos como prostituição, gravidezes indesejadas, e muitas vezes graves problemas de saúde. Assim, com a criação deste projecto, é sem dúvida uma ajuda, começar a crescer dentro de um ambiente saudável, logo através de um infantário e prolongando o conhecimento quem sabe até à universidade, captando-os sempre da melhor maneira possível, para que pouco a pouco mudem a sua maneira de ver os espaços escolares. É assim, totalmente importante mostrar o que é realmente a escola, desde cedo, onde se principia a responsabilidade de cada criança, as primeiras obrigações, os primeiros deveres, a preparação para um futuro mais risonho, mas também o verdadeiro sentido de amizade, a criação de laços, experiências e sentimentos.

A definição do edifício foi assim projectada de acordo com as características do terreno encontrado. Como não existem linhas de orientação de acordo com toda a sua

envolvente, optou-se por criar algo completamente novo e diferente, desde a organização do espaço em si, como também das novas questões formais. É um projecto arriscado, bastante diferente do que se vê no bairro, mas criado para dinamizar todo o local, potencializando novas sensações, contrastes; surgindo um espaço divertido, com uma ligação mais moderna e inesperada, alegre e divertida. Deste modo, a implantação e eixos estruturais que integram o terreno, surgiram através de perpendicularidades criadas entre as linhas existentes do campo, ou seja, apenas as linhas de um rectângulo, surgindo assim e dividindo o terreno de uma maneira criativa para os meninos do bairro.

4.3 Programa

De uma forma geral, um programa de arquitectura é gerado consoante um organograma, em que o principal objectivo é a essência de criar novos espaços, definir diversas áreas, relações e hierarquias, consoante as diversas questões funcionais. É de realçar que a forma plástica deve resultar das questões como a beleza, que se aprofunda de uma síntese entre o programa, o lugar e a estrutura. A organização e distribuição espacial são factores que fundamentam o acto de projectar, mas tentando sempre encontrar uma relação de uniformidade e harmonia entre todos os factores espaciais existentes. Para a idealização deste projecto foi desenvolvido um conceito e estratégias de propostas diferentes, causando grandes confrontos e contrastes, servindo para causar uma diversidade de ideias no bairro. Foi assim, encontrada a maneira de realizar o projecto, determinando os alçados, e toda a estrutura com uma forma bastante diversa das actuais, causando impacto na imagem do edifício. Este determina-se, sobretudo, pela questão da horizontalidade, não esquecendo a forma da materialidade. É um projecto marcado pela existência de módulos, cada módulo albergando uma característica diferente. Foram criados então: duas salas para crianças entre a nascença e os 3 anos de idade, duas salas para crianças entre os 4 anos e os 6 anos de idade, uma instalação sanitária que também alberga zona de banhos para as crianças e docentes do infantário e uma zona de refeitório e cozinha para os mesmos.

Existem assim quatro módulos diferentes, renascendo da ligação entre a forma que foi criada em primeiro lugar e que deu origem à instalação sanitária, gerando assim adaptações e ligações quase como um espelho. Assim, o mesmo módulo foi originando novos módulos e criações, existindo sempre uma dinâmica na forma, mas sobretudo, gerando formas diferentes. A estrutura é elaborada através da madeira existente no local, sendo apenas erguida com ripas de madeira aparafusadas entre si, mantendo-se com bastante precisão e força. Esta estrutura é montada sobre fundações superficiais em bloco de betão armado, permitindo uma enorme elasticidade ao nível dos alçados e dos materiais existentes no mesmo. É uma estrutura que se encontra elevada do solo. Deve-se ao facto do solo ser bastante sujo, o que provocaria bastante humidade e uma possível podridão da madeira. A

entrada principal para todo o local, faz-se através da zona Este, onde se depara logo um dos módulos da sala dos 3 aos 6 anos de idade. É através desta entrada que todo o percurso decorre fluentemente, existindo ligação com a outra sala dos 3 aos 6 anos, com o parque infantil, com as várias hortas existentes no local, bem como canteiros para a prática da jardinagem, e os seguintes módulos; a instalação sanitária a Norte, as salas para os mais pequeninos (0 aos 3 anos) a Oeste e, por fim, a cozinha e as horas que se encontram na zona Sul. A entrada principal é apenas uma e está completamente aberta, sem nenhum tipo de barreira física, sendo um convite para a entrada, à descoberta de todo o espaço escolar envolvente.

Foram criados vários tipos de locais exteriores para as crianças. Existem as hortas que irão servir para a prática do cultivo de alimentos, para toda a comunidade escolar se alimentar, servindo também para as crianças terem uma ideia do que é a prática da agricultura, trabalho mais praticado no bairro. Existem também espaços apenas com árvores, e outros de seixo rolados com o intuito de serem realizadas actividades ao ar livre, sendo um sítio convidativo a brincar e também aprender. O parque infantil servirá como um escape aliciante, visto que as crianças do bairro não têm brinquedos, será um mundo espectacular para todas elas, elevando a escola a um outro patamar.

As salas para os mais pequenos contêm espaço para brincar, visto que é uma zona para bebés (0/1 ano), alberga também um dormitório com várias “camas”, e ainda, para os mais crescidos (2/3 anos) uma zona com mesas e cadeiras para poderem desenhar e fazer os mais variados trabalhos manuais.

As salas para as crianças entre os 4 e 6 anos, acolhem apenas zonas para fazer os trabalhos manuais e actividades, bem como zona de leitura e um espaço coberto, mas bastante arejado para actividades mais relaxadas.

A cozinha e o refeitório têm todas as condições para as crianças e professores fazerem a sua alimentação. Tem a particularidade de a água da chuva ser directamente escoada através do telhado (em chapa metálica) para um tanque de filtração no subsolo onde existe um sistema de armazenamento de água. Não chove muito em Moçambique mas toda a água que se conseguir reter fica na cisterna, onde antes de ser utilizada passará por um tanque de sedimentação e um filtro de brita e areia para limpar toda a água acumulada. Esta água serve de apoio à cozinha por via de um chafariz existente, para puxar a água presente. Caso não exista água dentro da cisterna, haverá sempre um fontenário em funcionamento que pertence à *Associação Asscodecha*, e é o único no local que realmente opera perto do infantário. Logo haverá ligação com o mesmo, para que água nunca falhe. Tanto na cozinha como numa das salas dos 0 aos 3 anos existem outros tanques de suporte à água das chuvas. Estes estão à superfície, com cerca de 50 cm de largura e 35 cm de altura, ao lado dos módulos. Estes servirão apenas para dar escoamento até às hortas que se encontram bastante

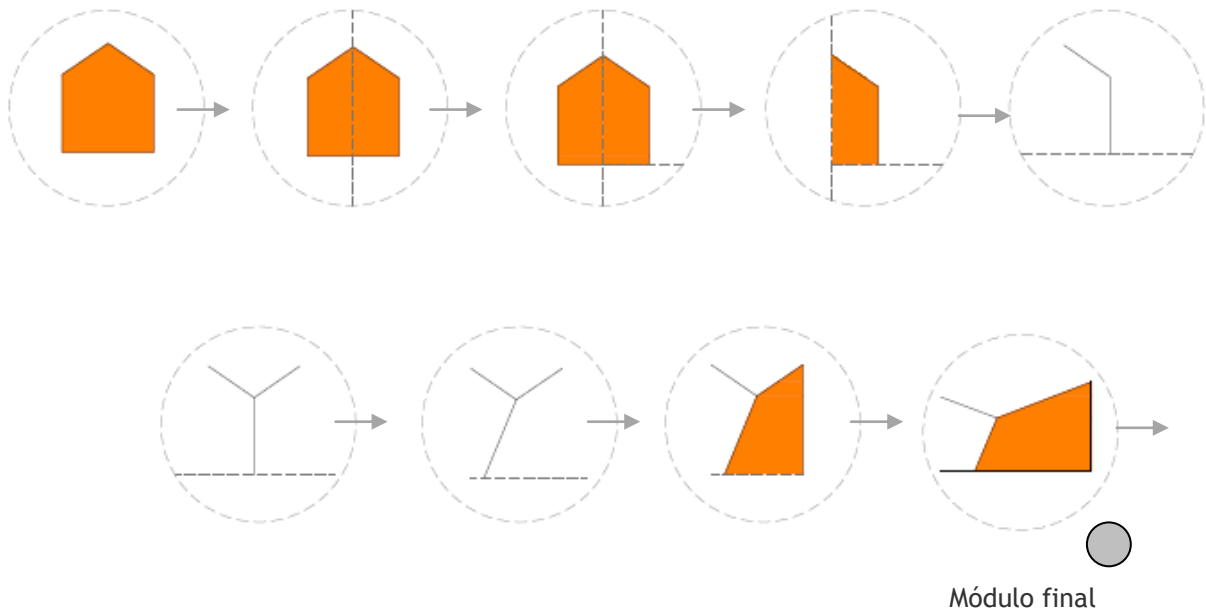
próximas destas instalações, ajudando mais uma vez a comunidade nos trabalhos domésticos, e aproveitando todo o tipo de água que é escassa neste país.

Por fim, a instalação sanitária é completamente independente e sustentável, sendo que as latrinas criadas são auto-sustentáveis, ou seja, tudo o que nela é depositado (resíduos humanos) podem ser ministrados com os da cozinha (cascas, papel, comida etc.), e assim converter-se lentamente em adubo, na forma de terra preta, para ajudar na criação dos alimentos existentes na horta. A parte em que é gerado o adubo encontra-se fora da instalação para permitir que os odores não se encontrem dentro da mesma, não poluindo o ar, não precisando de água e sem conexão com a terra. É uma maneira de não sujar nem poluir ainda mais a solo existente no local.

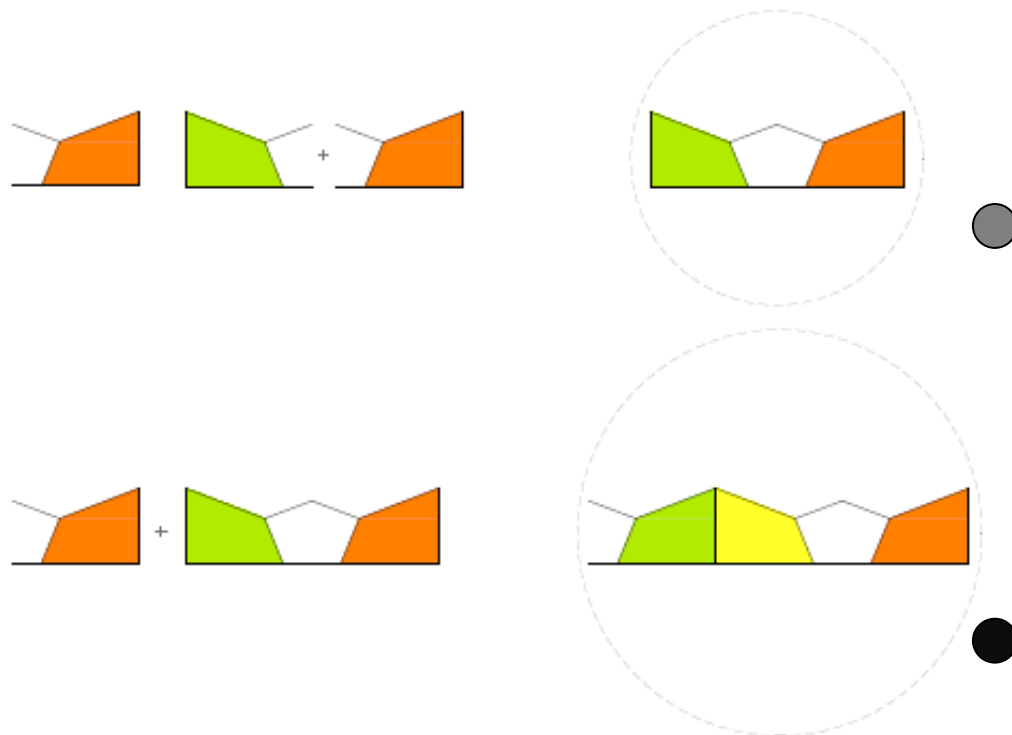
A caracterização dos alçados é marcada de tal forma por rectângulos verticais que surgem como janelas, introduzindo uma nova visão e contraste com o elemento estrutural e com a horizontalidade criada pela cana-de-açúcar, elemento principal do projecto. É uma característica tradicional visto que a cana-de-açúcar é bastante comum no país, e a sua tecelagem também; logo existe a variedade de os alçados se erguerem com a sua magnífica tecelagem horizontal, feito pelos próprios moradores do bairro. As janelas são elaboradas em madeira com o facto de a sua protecção ser em PVC de cores variadas, para assim poderem ser abertas e fechadas consoante a necessidade dos utilizadores. Numa primeira fase de entrada, a parede principal surge inclinada o que mais uma vez marca bastante, a diversidade do local, bem como cria algo diferente e novo para estas crianças. As portas surgem com o formato igual aos das janelas em PVC, portas estas que abrem para trás (na parte inclinada). O telhado, como foi referido, em cima, é todo ele de chapa metálica, sendo preso nas vigas da estrutura de madeira estabelecida. É uma chapa que se funde bastante bem com o local, visto que a maioria das habitações existentes o têm. Promove também uma boa ventilação natural dentro das unidades.

É um infantário que alberga cerca de cinquenta crianças. Proporcionando um conforto melhor, ao que se encontra nas ruas do bairro.

Evolução da ideia:



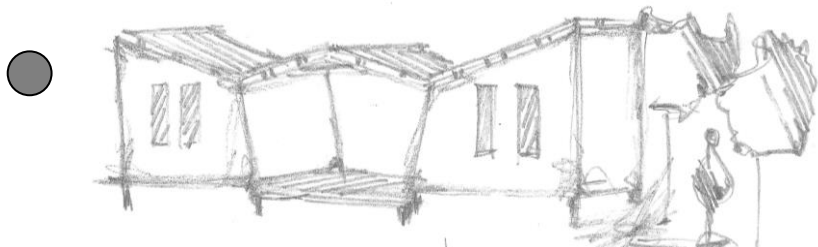
A partir da desmistificação da “casa normal”, que todos desenhámos em criança, (visto que o projecto é de um infantário) tentámos criar um módulo diferente. Depois de vários estudos, anteriormente encontra-se o módulo final que deu início ao projecto do Infantário para Chamanculo C.



Posteriormente ao surgimento da ideia do primeiro módulo, a ideia era fazer com que este módulo tivesse vários tipos de orientação. Assim, com várias rotações do módulo exemplar, elaborámos os três módulos existentes na proposta do infantário.

Surgiu assim:

- Instalação Sanitária,
- Sala 0 | 3 Anos de idade, Sala 4 | 6 Anos de idade,
- Cozinha | Refeitório.



4.4 Características gerais da construção

Como foi referido, toda a estrutura dos vários módulos é composta por madeira proveniente do país em questão. A madeira escolhida foi a chafuta, e é executada num sistema simples, em que toda a estrutura é unida apenas com parafusos, e sustentada através de fundações superficiais em bloco de betão armado. Será uma ligação formada com ripas de madeira de 8x30cm.



Figura 38. Madeira Chafuta.

As paredes interiores que são as mesmas que as exteriores (excepto na instalação sanitária) são executadas em cana-de-açúcar. Este material é bastante comum neste país, sendo por isso bastante fácil de adquirir, visto que existem inúmeras plantações no país. A tecelagem do mesmo é formada para que a cana se mantenha na horizontal, apenas pregadas às vigas de madeira, tendo um sítio específico para as mesmas. A cana ficará visível por toda a parte de fora, mas com a particularidade das juntas serem vistas apenas na parte de dentro de cada módulo. A largura das canas tem cerca de 5 cm, obtendo diversos comprimentos, cortados apenas à medida que nos convém. É um material que protege toda a envolvente, mas também cria alguma ventilação através de mínimos buracos existentes nas suas ligações. Nas instalações sanitárias existem “paredes duplas” de cana-de-açúcar, para uma maior protecção e resguardo das pessoas que nela se encontram, é também uma forma de manter os bichos indesejados longe de qualquer odor que possa existir.



Figura 39. Cana-de-açúcar.

O pavimento é composto pelo mesmo género do conhecido soalho, mas mais uma vez composto pela mesma madeira da estrutura. É constituído por ripas de madeira de 10cm x 1,20cm sobrepostas directamente na estrutura com uma elevação mínima de 5cm.

No exterior os materiais a utilizar são, a terra já existente no local que ligam as zonas de principal acesso. O seixo rolado é utilizado para as zonas que rodeiam as hortas. Servem como um suporte para quem está a trabalhar nelas, bem como, novas zonas independentes para as crianças poderem utilizar também nas suas brincadeiras. O seixo rolado foi escolhido, porque é facilmente encontrado nos rios que percorrem Moçambique. É uma pedra de formato arredondado e superfície lisa, características dadas pelas águas dos rios, de onde é retirada. Existem várias cores, que podem ser utilizadas de diversas maneiras na decoração. A cor escolhida para este local é o bege.



Figura 40. Seixo Rolado.

No espaço exterior as árvores que se encontram no local, são as típicas palmeiras, tão bem conhecidas neste país. Pertencem a esta família plantas muito conhecidas, como o coqueiro e a tamareira, distribuem-se por todo o mundo, mas estão centralizadas nas regiões tropicais e subtropicais. Existem outro tipo de vegetação como as *flores bunganvilias*, as *flores Impatiens walleriana* e os vegetais mais predominantes como a couve e a batata.



Figura 41. Palmeiras.

As flores *bunganvilias* são muito populares nesta região. Existem das mais variadas cores. São flores muito alegres. A buganvília é uma planta trepadeira, apresenta florações abundantes desde o início da primavera até ao fim do verão quase ininterruptamente, e por isso, é uma planta muito atractiva para os jardins.



Figura 42. Flores *bunganvilias*.

As flores *Impatiens walleriana* são uma planta da família das balsamináceas, conhecida também pelos nomes de beijo-turco e maria-sem-vergonha. É uma espécie nativa do leste da África, na região do Quênia e de Moçambique. É uma planta herbácea que cresce de 15 a 60 centímetros de altura, com grandes folhas. As flores possuem cinco pétalas e podem ser das mais diversas cores. É uma planta muito fácil de cultivar, não exigindo cuidados especiais. Cria frutos, bastante pequenos, verdes e suculentos, ocos, com muitas sementes e quando estão maduros “abrem” ao mais leve toque. É uma planta excelente para cultivar com as crianças, de crescimento rápido, gosta de humidade e prefere as zonas de calor.



Figura 43. Flores *Impatiens walleriana*.

Couve é o nome vulgar, genérico, das diversas variedades cultivares da espécie *Brassica oleracea* da família das Brassicaceae, a que também pertence o nabo e a mostarda. É uma planta muito utilizada como verdura na cozinha, para sopas. É uma planta cuja descrição se torna difícil, já que as diversas variedades são bastante diferentes em termos morfológicos. Assim, pode-se considerar que é uma planta herbácea. É um produto bastante

comum no país e muito utilizado no dia-a-dia dos moçambicanos. Faz parte de inúmeros pratos tipicamente moçambicanos como a *Matapa*.



Figura 44. Cultivo de couve.

A batata (*Solanum tuberosum*) é uma planta herbácea que pode atingir mais de cem centímetros de altura e produz um tubérculo - a batata - rico em amido. A batata pertence à família Solanaceae. A batata pode produzir-se bem sem as condições ideais para seu crescimento, pois é uma planta que se adapta facilmente a todo o tipo de solos. É muito utilizada em Moçambique por ser fácil de adquirir, mas também por ser barato.



Figura 45. Plantação de batata.

Capítulo 5

Considerações finais

Foi proposto para esta dissertação o desenvolvimento de uma análise teórica e um projecto de arquitectura para um Infantário Sustentável no Bairro de Chamanculo C, em Moçambique. O desenvolvimento deste trabalho foi um enorme desafio, logo desde o início da ideia, considerado um grande estímulo. Foi elaborada uma investigação a nível de espaços escolares no país em questões, encaminhando-se para uma análise e todo o tipo de questão relacionadas com tudo o que tem a ver com infantários, mais propriamente, escolas moçambicanas. Foram exploradas diversas questões dos vários elementos que constituem este tema, derivado do programa. Foi um projecto que teve várias e distintas fases, o que não seria de todo possível realizá-lo sem este tipo de ajuda, para que fosse concluído. Foi um projecto que se foi desenvolvendo aos poucos, com uma metodologia cautelosa ao nível da criação de ideias, criando uma forte expressão no espaço moçambicano, expressividade esta que sempre foi fortemente defendida para o espaço que estava destinado. O amadurecimento de ideias, e de fortes convicções, fez com que se tornasse um projecto com um carácter apaixonado, diferente para o local, mas acima de tudo, um espaço criado sempre a pensar nas crianças do bairro. Foram assim etapas ultrapassadas, para que a ideia chegasse a um consenso total, nunca passando por cima das características deste país.

Em conclusão, foi extraordinariamente desafiante pensar num espaço que praticamente não existe no bairro, e torná-lo real no papel, com uma perspectiva diferente, desta vez (como projectista) e não apenas como um sonho de alguns anos. Todo o projecto se interliga entre si, mas também é um projecto para o bem-estar desta comunidade que tão bem conheci e vivi. Espaço este sempre destinado à educação das crianças de Chamanculo, ao futuro, ao rigor, e ao sonho de poderem ser crianças mais felizes, com todas as condições merecidas.

A presente proposta, apesar de obedecer a um certo “tipo” de projecto, que foi constantemente pensado juntamente com o seu contexto histórico, tipologias, materiais a empregar; seria sempre preciso um trabalho em equipa, com os mais variados tipo de profissionais como engenheiros civis, topógrafos etc. para que se pudesse assim efectivar a sua construção na íntegra, com todo o tipo de conhecimento exigidos.

Capítulo 6

Bibliografia

6.1 Geral

Guedes, Pancho., **Vitruvius Mozambicanus**, [ed] Museu coleção Berardo, (Julho 2011), (ISBN 978-989-8230-075).

Forjaz, José, Em Moçambique: a Cidade marginal, **Falemos de casas: entre o Norte e o sul; Let's talk about houses: between North and South**, [ed], Museu Colecção Berardo, Trienal de Arquitectura, Lisbon Architecture Triennale 2010, Lisboa (2010), 284-287.

Santiago, Miguel, As Máquinas Humanas (de Habitar) de Pancho Guedes: Pancho Guedes' Human Machines (for dwelling), in **Falemos de casas: entre o Norte e o sul; Let's talk about houses: between North and South**, [ed], Museu Colecção Berardo, Trienal de Arquitectura, Lisbon Architecture Triennale 2010, Lisboa (2010), 318-325

Escolas - **Arquitectura Ibérica**. Editora: Caleidoscópico, 2005.

Un Mozambique, Delivering as One. (2008). **História de Moçambique**. Disponível em <http://www.mz.one.un.org/por/Mocambique/Historia-de-Mocambique> [Consultado em 26-03-2014].

Silva, Maria Teresa Marques Madeira da - **O Lugar Arquitectónico - um modelo teórico de interpretação**. Lisboa: tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Arquitectura e Urbanismo, especialidade em Arquitectura pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Departamento de Arquitectura e Urbanismo, Março de 2008.

Tostões, Ana, **Cultura e Tecnologia na Arquitectura Moderna Portuguesa**. Dissertação para o grau de Doutor em Engenharia do Território. Lisboa: IST, 2002, Pág. 185-186. [Consultado em 1-06-2014].

Pires, Eurico Lemos - **A Construção Social da Educação Escolar**. Rio Tinto: Edições ASA, 1991.
Iain, Christie. (1986). **Samora - Uma Bibliografia**. Maputo, Ndjira. Mondlane. E, op.cit e Hedges David, **Características do Colonial fascismo em Moçambique: Ideologia**, Maputo, 1982, Ed. Fascículo. [Consultado em 7-05-2014].

Almeida, Luís, "A Instrução Pública em Moçambique", 1928-1951", Boletim Geral do Ultramar, nº 345, vol. XXIX, 1954, pág.16. [Consultado em 1-06-2014].

6.2 Específica

Lengen, Johan, **Manual do arquitecto descalço**, [ed], Dinalivro, (Outubro 2010), (ISBN 978-972-576-565-4).

Carneiro, R de S. (1941). Projecto de diploma legislativo elaborado pelo governo de moçambique com o objectivo de promover a construção de casas económicas nos centros urbanos de referida colónia, à Direcção Geral da Fazenda das Colónias, 17 de Junho [Processo nº 53191 - 1, **Colónia de Moçambique, Moradias para Funcionários Públicos- Pessoal da missão**].

Machel, Samora, **A nossa luta**, cit., Pág. 81 [Consultado em 7-05-2014].

Belchior, Dias M., **Evolução política do ensino em Moçambique**, in Moçambique, Curso de extensão Universitária, Universidade Técnica, Instituto Superior de ciências Sociais e Políticas ultramarinas, Lisboa, 1964-65, pág. 663. [Consultado em 7-05-2014].

Gonçalves de Morais e Castro, A. A (1927). **As Colónias Portuguesas**, Porto, Ed. Companhia portuguesa, Pág. 22-24.

Mondlane. E, op.cit, (edição portuguesa), Pág. 62. [Consultado em 29-04-2014].

Gaspeni, Lavinia, Moçambique: **Educação e Desenvolvimento Rural**. Entrevista ao Sr. Afonso, realizada durante o “II Curso de Formação de responsáveis dos Centros de Produção Escolar”. Instituto Agrário de Chimoio, Manica, Moçambique, Agosto de 1982. [Consultado em 10-06-2013].

6.3 Electrónica

Concelho Municipal de Maputo. (2009). **Cidade de Maputo**. Disponível em

<http://www.cmmmaputo.gov.mz/CMMBalcao>. [Consultado em 25-03-2014].

Un Mozambique, Delivering as One. (2008). **História de Moçambique**. Disponível em

<http://www.mz.one.un.org/por/Mocambique/Historia-de-Mocambique> [Consultado em 26-03-2014].

Centro de estudos africanos, **A formação do professor primário e a sua actuação no meio social**, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 1984. [Consultado em 10-06-2013].

“Inauguração do Liceu Salazar”. Boletim Geral do Ultramar, nº 329, vol. XXVII, 1952, Pág. 148-150. [Consultado em 1-06-2014].

Iain, Christie. (1986). **Samora - Uma Bibliografia**. Maputo, Ndjira.

J. Greija. (2008). **Educação no contexto Tradicional em Moçambique**. Disponível em

<http://www.slideshare.net/johnbank1/educacao-tradicional-em-moc>. [Consultado em 1-03-2014].

Manuel Mendes de Araújo. Finisterra, XXXIV, 67-68. (1999). **Cidade de Maputo, Espaços Contrastes: Do Urbano ao Rural**.

Disponível em http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/1999-6768/6768_16.pdf.

[Consultado em 8-04-2014].

Jornal Macua de Moçambique - **Moçambique para todos** (2003). A Educação Colonial de 1930 a 1974. [em linha]. Disponível em

<http://www.macua.org/livros/Aeducacaocolonialde1930a1974.htm> [Consultado em 1-05-2014].

Miguel Machado. (2011). **Grande Guerra - 1914 a 1918**. Disponível em

<http://www.operacional.pt/grande-guerra-1914-a-1918-i/>. [Consultado em 10-03-2014].

Bairro do Mumemo. (2009). **Cheias de Chamanculo C - História**. Disponível em

<http://mumemo.no.sapo.pt/historia.html>. [Consultado em 1-03-2014].